



Diário **OFICIAL** Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 662 | 17ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa | Publicação nº 304 | 20 páginas
Curitiba, Terça-feira, 03 de Junho de 2014

Mesa Executiva

DEPUTADO VALDIR LUIZ ROSSONI Presidente		
DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR 1º Vice-Presidente	DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO NELSON LUERSEN 3º Vice-Presidente
DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO 1º Secretário	DEPUTADO ADEMIR BIER 2º Secretário	DEPUTADO GILSON DE SOUZA 3º Secretário
DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 4º Secretário		DEPUTADO STEPHANES JUNIOR 5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo.....	Ademar Traiano
Líder da Oposição.....	Elton Welter
PMDB.....	Nereu Moura
PSDB.....	Francisco Bührer
PSB.....	Wilson Quinteiro
DEM.....	Elio Lino Rusch
PDT.....	Fernando Scanavaca
PT.....	Tadeu Veneri
PPS.....	Tercílio Turini
Bloco - PP,PV, PSL.....	Duílio Genari
Bloco - PSC,PRB, PMN.....	Leonardo Paranhos

Representação Partidária

PMDB – Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Junior, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Caio Quintana, Cleiton Kielese. **PSDB** – Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Bührer, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Nelson Garcia, Rose “Litro”, Valdir Rossoni. **DEM** – Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães, Osmar Bertoldi. **PT** – Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Toninho Wandscheer, Elton Welter. **PDT** – Andre Bueno, Fernando Scanavaca, Nelson Luersen. **PSB** – Gilberto Ribeiro, Hermas Brandão Jr, Wilson Quinteiro. **PSD** - Marla Tureck, Ney Leprevost. **PV** – Rasca Rodrigues, Roberto Aciolli. **PSC** – Gilson de Souza, Paranhos. **PPS** - Douglas Fabrício, Tercílio Turini, Felipe Lucas. **PRB** – Pastor Edson Praczyk. **PSL** – Adelino Ribeiro. **PP** - Duílio Genari. **PMN** - Dr. Batista.

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Sessão Ordinária do dia 28 de maio de 2014 - Ata nº 47

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e quatorze, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a **presença** dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), Artagão Junior (PMDB), Caíto Quintana (PMDB), Cleiton Kiese (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Elton Welter (PT), Francisco Bühner (PSDB), Luciana Rafagnin (PT), Mauro Moraes (PSDB), Nereu Moura (PMDB), Osmar Bertoldi (DEM), Pastor Edson Praczyk (PRB), Plauto Miró (DEM), Stephanes Junior (PMDB), Tadeu Veneri (PT), Teruo Kato (PMDB), Valdir Rossoni (PSDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Jonas Guimarães (PMDB), Enio Verri (PT), Fernando Scanavaca (PDT), Professor Lemos (PT), Wilson Quinteiro (PSB), Andre Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Evandro Junior (PSDB), Gilson de Souza (PSC), Hermas Brandão Jr. (PSB), Gilberto Ribeiro (PSB), Rasca Rodrigues (PV), Cantora Mara Lima (PSDB), Marla Tureck (PSD), Nelson Luersen (PDT), Rose "Litro" (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Luiz Claudio Romanelli (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB) e Tercílio Turini (PPS) (**42 Parlamentares**). **Ausentes, sem justificativa**, os Deputados Adelino Ribeiro (PSL), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Péricles de Mello (PT) e Roberto Aciolli (PV) (**7 Parlamentares**). **Ausentes, justificadamente**, os Deputados: Ademir Bier (PMDB), em razão de falecimento de familiar; Dr. Batista (PMN, conforme Protocolo nº 2.737/2014), Felipe Lucas (PPS, conforme Protocolo nº 2.819/2014) e Nelson Garcia (PSDB, conforme Protocolo nº 2.782/2014), de acordo com o art. 60, § 4º do Regimento Interno, abono de uma ausência mensal; e Nelson Justus (DEM, conforme Protocolo nº 2.818/2014), deferido conforme o art. 412 do Código de Processo Civil, em razão de intimação judicial para comparecimento em audiência na qualidade de testemunha (**5 Parlamentares**). O Sr. Presidente, Deputado **Valdir Rossoni**, secretariado pelos Srs. Deputados **Plauto Miró** (1º Secretário) e **Gilson de Souza** (na função de 2º Secretário), "*sob a proteção de DEUS*", iniciou os trabalhos da 47ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. O Sr. 2º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (nº 46, de 27.5.2014), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Srs. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Documentos originais sob guarda das Comissões e Diretorias.) **Mensagens:** (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 2.759/2014**, Mensagem nº 29/2014, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei (**autuado sob o nº 237/2014**), que estabelece o quantitativo dos cargos e funções em confiança que especifica, no âmbito da Universidade Estadual do Paraná, Unespar, e adota outras providências; **Protocolo nº 2.760/2014**, Mensagem nº 34/2014, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Anteprojeto de Lei Complementar (**autuado sob o nº 7/2014**), que acresce incisos os XII e XIII ao art. 208 da Lei nº 6.174, de 16.11.1970, e incisos XIII e XIV ao art. 2º, e inciso III ao art. 5º, ambos da Lei Complementar nº 108, de 18.5.2005; **Protocolo nº 2.761/2014**, Mensagem nº 35/2014, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o anteprojeto de lei (**autuado sob o nº 238/2014**), que dá nova redação ao inciso III do § 2º do art. 1º da Lei nº 17.444, de 27.12.2012.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Protocolo nº 2.762/2014**, Ofício nº 1.109/2014, do Secretário de Estado de Governo, encaminhando resposta da Companhia de Saneamento do Paraná, Sanepar, ao Ofício nº 1.185/2014, referente a requerimento do Deputado Tadeu Veneri; **Protocolo nº 2.763/2014**, Ofício Eletrônico nº 59/2014, da Superintendência Regional Curitiba Leste, da Caixa Econômica Federal, notificando a liberação de recursos financeiros do FGTS destinado ao Governo do Estado do Paraná, do Programa PAC Copa do Mundo 2014, referente à parcela do Contrato nº 0319.701-29, no valor de R\$18.462,73, Empreendimento Vias de Integração Radial Metropolitanas; **Protocolo nº 2.764/2014**, Ofício nº 192/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 140/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 26.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 779/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.092; **Protocolo nº 2.765/2014**, Ofício nº 191/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 139/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 26.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 777/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.091; **Protocolo nº 2.766/2014**, Ofício nº 190/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 138/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 26.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 776/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.090; **Protocolo nº 2.767/2014**, Ofício nº 189/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 137/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 26.5.2014 sancionou o Projeto

de Lei nº 774/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.089; **Protocolo nº 2.768/2014**, Ofício nº 188/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 132/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 26.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 354/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.088; **Protocolo nº 2.769/2014**, Ofício nº 1.184/2014, do Secretário de Estado da Saúde, em cumprimento ao art. 7º da Portaria nº 2.135, de 25.9.2013, do Ministério da Saúde, solicitando a possibilidade de agendar a data de 11.6.2014, às 10h, para apresentação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas da Secretaria de Estado da Saúde - 1º Quadrimestre de 2014; informando ainda que a apresentação do Relatório ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná, CES/PR, será nos dias 29 e 30.5.2014; **Protocolo nº 2.770/2014**, Ofício nº 195/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 144/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 28.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 169/2014, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.095; **Protocolo nº 2.771/2014**, Ofício nº 194/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 133/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 28.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 501/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.094; **Protocolo nº 2.772/2014**, Ofício nº 193/2014, do Governador do Estado, acusando o recebimento do Ofício nº 134/2014, da Presidência da Assembleia Legislativa, e comunicando que em 28.5.2014 sancionou o Projeto de Lei nº 657/2013, o qual convertido em Lei recebeu o nº 18.093; **Protocolo nº 2.773/2014**, Ofício nº 761/2014, do Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, encaminhando resposta ao Ofício nº 1.260/2014, referente a requerimento dos Deputados Marla Tureck e Douglas Fabrício; **Protocolo nº 2.774/2014**, Ofício nº 756/2014, do Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT, encaminhando resposta ao Ofício nº 1.255/2014, referente a requerimento dos Deputados Marla Tureck e Douglas Fabrício; **Protocolo nº 2.775/2014**, Ofício nº 358/2014, do Diretor Geral da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, encaminhando resposta ao Ofício nº 477/2014, referente a requerimento do Deputado Gilson de Souza; **Protocolo nº 2.776/2014**, Ofício nº 360/2014, do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, encaminhando resposta ao Ofício nº 1.199/2014, referente a requerimento do Deputado Ademir Bier; **Protocolo nº 2.777/2014**, Ofício nº 284/2014, do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, encaminhando resposta ao Ofício nº 1.652/2014, referente a requerimento do Deputado Paranhos.

Comunicado: (Encaminhado à Diretoria Legislativa com vista às Comissões de Educação e de Fiscalização e demais providências.) **Protocolo nº 2.758/2014**, do Deputado Valdir Rossoni, Presidente da Assembleia Legislativa, dando ciência à Casa quanto aos comunicados de maio de 2014, do Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, notificando a liberação de recursos para a Secretaria de Estado da Educação: Associações - APM, APMF e APPE.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Srs. Deputados, quero fazer uma consulta ao Plenário: temos a votação da redação final do reajuste dos servidores. Vamos fazer a votação do projeto e depois a apresentação do Secretário. Se o Plenário concorda, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ORDEM DO DIA:

Projetos que necessitam de apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Protocolo nº 2.792/2014** (**autuado sob o nº 239/2014**), do Deputado Ney Leprevost, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar e Eólica, e dá outras providências; **Protocolo nº 2.793/2014** (**autuado sob o nº 240/2014**), do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a isenção de cobrança da tarifa aos idosos a partir de 65 anos que utilizam o ferry boat e balsas para travessia da baía de Guaratuba; **Protocolo nº 2.794/2014** (**autuado sob o nº 241/2014**), do Deputado Ney Leprevost, que dispõe que rótulos das embalagens de alimentos industrializados, comercializados no Estado do Paraná, deverão conter as informações que especifica e adota outras providências; **Protocolo nº 2.797/2014** (**autuado sob o nº 242/2014**), do Deputado Elio Rusch, que institui no âmbito do Estado do Paraná o "Depoimento sem Dano" para crianças vítimas de abuso sexual ou violência; **Protocolo nº 2.798/2014** (**autuado sob o nº 243/2014**), do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Estado do Paraná, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem, DER, a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito, AET, às Combinações de Veículos de Carga, CVC, de comprimento total de 19,80m, modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t, conforme especifica.

(Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Após a verificação do quórum necessário, procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório anexo. Manifestações sem revisão dos oradores. Presidente sem voto.)

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei nº 188/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/2014, que incorpora a Secretaria de Estado de Governo à Casa Civil e adota outras providências. Em discussão. Em votação. Todos os Srs. Deputados votaram? Encerrada a votação. [Votaram "sim": Ademar Traiano, Alexandre Curi, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Rose "Litro", Tercílio Turini, Teruo Kato e Toninho Wandscheer (28 Deputados). Não votaram: Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Anibelli Neto, Caíto Quintana, Cleiton Kiese, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Junior, Felipe Lucas, Francisco Bühner, Hermas Brandão Jr., Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Péricles de Mello, Roberto Aciolli, Stephanes Junior, Tadeu

Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (26 Deputados)]. Com 28 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 188/2014 em redação final.

ITEM 2 - Redação Final do Projeto de Lei nº 219/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 32/2014, que concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências. Srs. Deputados que concordam com a redação final votam “sim”; contrários votam “não”. Consulto os Srs. Deputados, para agilizarmos o processo de votação, se podemos fazer a votação simbolicamente; é redação final. Vamos concluir esta votação. Encerrada a votação. [Votaram “sim”: Ademair Traiano, Andre Bueno, Artagão Junior, Bernardo Ribas Carli, Caio Quintana, Cantora Mara Lima, Douglas Fabricio, Duílio Genari, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marla Tureck, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Lupion, Plauto Miró, Professor Lemos, Rasca Rodrigues, Rose “Litro”, Terçilio Turini, Teruo Kato, Toninho Wandscheer, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (31 Deputados). **Não votaram:** Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Evandro Junior, Felipe Lucas, Francisco Bühner, Hermas Brandão Jr., Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Eduardo Cheida, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Moura, Ney Leprevost, Paranhos, Péricles de Mello, Roberto Aciolli, Stephanes Junior, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (23 Deputados)]. Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário está **aprovado** o Projeto de Lei nº 219/2014 em redação final.

ITEM 3 - Redação Final do Projeto de Lei nº 220/2014, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 221/2014, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos e gratificações dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao art. 37, inciso X da Constituição Federal, e concede gratificação de função privativa-policia aos componentes da Assessoria Militar. Srs. Deputados que concordam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 4 - Redação Final do Projeto de Lei nº 221/2014, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público - Ofício nº 1.018/2014, que reajusta, conforme específica, o vencimento básico dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências. Srs. Deputados que concordam com a redação final, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vamos colocar o Requerimento (protocolado sob o nº 2.817/2014) dos Deputados Elio Rusch e Elton Welter, Líder da Oposição, solicitando a retirada dos Itens 5 a 8 da presente Ordem do Dia. Em votação. Retirada de pauta para votarmos na segunda-feira. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado o requerimento e retirados de pauta os Itens 5 a 8. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

ITEM 5 - 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 144/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 12/2014, que dispõe sobre a afetação de imóveis ao Fundo de Previdência, gerido pelo ParanaPrevidência, com autorização de utilização dos recursos previstos pelo art. 30, incisos II e III da Lei nº 12.398/1998, com as alterações da Lei nº 17.435/2012, para edificações, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Apreciar neste turno emenda aprovada em 2ª discussão. **Retirado de pauta**, conforme requerimento aprovado nesta Sessão.

ITEM 6 - 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 321/2013, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui como Patrono do Comércio do Estado do Paraná Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Sero Azul. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Cultura e Comissão de Indústria e Comércio. **Retirado de pauta**, conforme requerimento aprovado nesta Sessão.

ITEM 7 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 120/2014, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 9/2014, que dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858/2013, para as áreas de educação e saúde. Com pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças, Comissão de Educação e Comissão de Saúde Pública. **Retirado de pauta**, conforme requerimento aprovado nesta Sessão.

ITEM 8 - Discussão Única do Veto nº 4/2014, apostado ao Projeto de Lei nº 46/2013, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que altera o art. 1º e o seu parágrafo único da Lei nº 16.786/2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissionais de Odontologia nas Unidades de Terapia Intensiva. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. **Retirado de pauta**, conforme requerimento aprovado nesta Sessão.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos requerimentos.)

REQUERIMENTOS

Requerimentos lidos, aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimentos nºs 2.784 a 2.791, 2.796 e 2.799 a 2.815/2014**, do Deputado Plauto Miró, para envio de voto de pesar às famílias pelo falecimento: do Sr. Haroldo Luiz Rauch; do Sr. Osmar Ramos de Lara; do Sr. Adir Baumayer; do Sr. José Custodio Filho; do Sr. Robson José Carneiro Júnior; do Sr. Cleberson Claiton Pedroso de Moraes; do Sr. João Carlos Guedes; do jovem Bruno Cesar Pereira; da Sra. Roseli de Jesus Pereira Dias; da Sra. Valdonici Aparecida Bovato; da Sra. Sonia de Fatima Gebieluca; da Sra. Maria Rosana da Silva; da Sra. Valdete Scremin; da Sra. Ernestina de Lima Silva; da Sra. Ana Maria de Almeida Diniz; da Sra. Eloina de Goes Geovanetti; da Sra. Zelinda de Fátima Santos; da Sra. Verônica Shicorski da Silva; da Sra. Maria Annita Ingles; da Sra. Maria Bernadete Batista Costa; da Sra. Bianca de Bona; da Sra. Jucieleia Aparecida Esteves; da Sra. Vera Lucia Romanek; da Sra. Iara de Oliveira Treska; da Sra. Zelia Apim; e da Sra. Zelia Marques de Jesus; **Requerimento nº 2.816/2014**, do Deputado Ney Leprevost, para o registro de voto de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dácio Leonel de Quadros, ex-Deputado Estadual; **Requerimento nº 2.783/2014**, do Deputado Paranhos, para envio de votos de congratulações e menção honrosa à Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Oeste do Paraná,

AMIC, em comemoração aos 30 anos de fundação e pelos brilhantes trabalhos prestados em benefício da região oeste do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente:

A Diretoria Geral e ao Cerimonial para providências: **Requerimento nº 2.821/2014**, do Deputado Duílio Genari, Líder do Bloco Parlamentar PP/PV/PSL, solicitando que seja destinado parte do horário do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 10.6.2014 para pronunciamento do Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, CREA, engenheiro civil Joel Krüger, que falará sobre os 80 anos de criação da entidade no Paraná.

Justificativas de ausência:

Deferido conforme o art. 60, § 3º, alínea “a” do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento nº 2.778/2014**, do Deputado Caio Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21.5.2014; **Requerimento nº 2.779/2014**, do Deputado Caio Quintana, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 26.5.2014; **Requerimento nº 2.780/2014**, do Deputado Luiz Eduardo Cheida, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 21.5.2014.

Deferido conforme o art. 60, § 4º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, durante o mês, uma ausência): **Requerimento nº 2.781/2014**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27.5.2014; **Requerimento nº 2.782/2014**, do Deputado Nelson Garcia, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28.5.2014; **Requerimento nº 2.819/2014**, do Deputado Felipe Lucas, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28.5.2014; **Requerimento nº 2.820/2014**, do Deputado Tadeu Veneri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 27.5.2014.

Deferido: **Requerimento nº 2.818/2014**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 28.5.2014, em razão de intimação judicial para comparecimento em audiência na qualidade de testemunha.

Requerimento prejudicado: **Requerimento nº 2.795/2014**, do Deputado Elio Rusch e Elton Welter, Líder da Oposição, solicitando a retirada por dez Sessões do Veto nº 4/2014, Item 8 da presente Ordem do Dia.

(Concluídas as votações.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB): Peço ao Líder do Governo que convide o Secretário Sebastiani para o início da nossa **Sessão de Prestação de Contas do Quadrimestre**. Queremos cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Guaraniaçu, Olmir Santin. Em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9º, § 4º, declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2014 da Secretaria de Estado da Fazenda. Quero cumprimentar o Secretário Luiz Eduardo Sebastiani; a Chefe de Gabinete, Keli Cristina Reis; o Diretor Geral, João Otávio Faria de Borges de Sá; o Coordenador da Administração Financeira do Estado, Marcos Antonio Jagher; o Diretor de Coordenação da Receita do Estado, José Aparecido Valêncio da Silva; a Coordenadora de Orçamento e Programação, Josemary Ozório; o Coordenador de Assuntos Econômicos, Breno Pascualote Lemos; a Auditora Fiscal, Gedalva Baratto; o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral, Maurilio Guerreiro Campos; a Inspectora Geral de Arrecadação, Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski; o Chefe de Setor de Análise e Previsão da Receita, Marlon Jorge Liebel; Divisão de Controle da Receita e Divisão Pública, Bruna Kowalski; Divisão de Controle da Receita da Dívida Pública, Raquel Karina Loch; a Assessor Técnico Caio Vinicius Rezende; e o Assessor de Gabinete, Jaime Nakano. Sr. Secretário, V. Sa. tem 30 minutos para a apresentação, depois terá uma prorrogação, se necessário for, de mais 15 minutos. V. Exa. quer fazer uso da palavra da tribuna? Ah, pode, pode ser. Peço para providenciarem um microfone. Tem microfone. Então, Secretário, fique à vontade. Peço para apagarem as luzes aqui para a apresentação. No horário das respostas o senhor senta aqui conosco. Solicito aos Srs. Deputados que queiram participar, que queiram fazer os seus questionamentos, que façam as suas devidas inscrições; já estão abertas. Sr. Secretário, V. Exa. tem a palavra.

PEQUENO E GRANDE EXPEDIENTES: (Manifestações sem revisão dos oradores.) **Audiência Pública de Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2014 da Secretaria de Estado da Fazenda - Secretário Luiz Eduardo Sebastiani.**

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Presidente Valdir Rossoni, muito obrigado por este momento de estar aqui com as Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Peço desculpas por dar as costas à Mesa, para melhor apresentar aqui aos Deputados e a todos presentes nesta Sessão pública de grande importância para o setor público brasileiro, Estados, Municípios, brasileiros, o próprio Governo Federal tem essa responsabilidade, Deputados e Deputadas, essa responsabilidade de trazer ao Poder Legislativo a apresentação de contas quadrimestral, com um quadrimestre sempre bastante importante, o primeiro que demonstra um pouco o rumo que as coisas tomam e vêm tomando neste exercício de 2014. Obrigado, Deputado. Se não há incômodo, falarei com os senhores daqui, para ter uma proximidade e também, fundamentalmente, com o quadro aqui, para observarmos e discutirmos os números aqui apresentados. Então, como disse, o objetivo dessa Audiência Pública é demonstrar e avaliar o cumprimento de metas do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento estrito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aqui o Mário, para apresentar as receitas, as despesas, os detalhes necessários, os limites que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a Estados e Municípios; a dívida, saber o perfil da nossa dívida, da dívida consolidada do Estado, a dívida contratada pelo Governo do Estado e os resultados fiscais, que é basicamente o resultado primário que o Governo do Estado apresenta nesse primeiro quadrimestre de 2014. Vamos à receita, então. Aqui, em termos gerais, as receitas totais subdividem-se em receitas correntes, que é a maior receita que temos, que é a receita basicamente alimentada pela receita tributária, por tributos, e o tributo fundamental que temos é o tributo indireto, o ICMS; vamos ver a importância, o tributo que todos os cidadãos pagam quando adquirem um produto, consomem um

produto ou alguns serviços que também estão na base do ICMS, Deputados que nos traz essa importante evolução nesse primeiro quadrimestre, quando nós, aqui... Mas eu falava do ICMS, da importância dele, o quanto é significativo nas nossas receitas - nós vamos ver - e quanto cada cidadão paga quando adquire o seu produto, e as empresas recolhem esse produto, esse tributo que é pago por nós cidadãos paranaenses. Tivemos, então, uma performance bastante importante nesse primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período do ano de 2013, uma evolução real de 5,81%, nominal de 12,06. Quer dizer, em termos de valor nominal, ela tem essa evolução, mas descontamos a inflação e pelo IPCA, o que dá um crescimento real de 5,81%, bastante expressivo, e é um tributo; a receita corrente é fundamentalmente que está vinculada ao ICMS e está muito vinculada ao nível de atividade econômica; se a economia vai bem, ela reflete na arrecadação das receitas correntes. Já a receita de capital tem um decréscimo, porque fundamentalmente ela se lastreia ou por aplicações de depósitos bancários, aplicação das contas que o Estado mantém financeiramente, mas fundamentalmente a receita de capital, e é lastreado por operações de crédito, por ingressos de recurso novo que o Estado, o Município ou mesmo a União faz, ou internamente uma dívida interna, buscando recursos de agência de financiamento interno, ou externa, com bancos multilaterais, com o banco mundial, BID, e assim por diante. A dedução do Fundeb, sempre na base do cálculo, essa dedução se vincula, vamos ver mais adiante como o funcionamento do Fundeb, ela deduz da base das nossas receitas totais, porque é uma distribuição, é uma receita que vai direto ao ensino e também distribuída quando ele tem um adicional distribuído, quando ele tem um adicional distribuído em proporção pelas matrículas dos Municípios paranaenses, como vamos ver mais adiante. Enfim temos, com esse quadro, uma receita total, um crescimento nominal de 11,8%, e um crescimento real acima da inflação de 4,99, 5% nesse período de 2014. Primeiro quadrimestre, de janeiro, portanto, janeiro a abril. Aqui, uma melhor visualização das receitas tributárias, tributos diretos que o Estado coloca junto às empresas, que impõe as empresas que recolhem o tributo que pagamos, como ali afirmou; temos uma evolução também bastante importante, nada desprezível, do ICMS. O ICMS cresce de 12,3% acima da inflação em 6 pontos, o que, como eu disse, reflete fundamentalmente um nível de atividade econômica, o movimento da economia na indústria e no comércio, como refletem o crescimento dessa receita de ICMS. O IPVA, o crescimento é bastante importante, 13,8%, com uma condição de crescimento real de 7,5, e aí, fundamentalmente, crescimento de frota. Não houve nenhuma evolução de custo desse tributo, custo individual, portanto é crescimento de frota de veículos. Esse tributo tem uma característica muito específica, porque metade desse recurso é distribuído ao Município, e aqui no Paraná, como em outros Estados, concentra, tem uma concentração desse tributo, o retorno desses tributos nas capitais, no caso aqui em Curitiba, ela detém pouco mais de 50% do que é arrecadado por esse tributo, portanto, vai diretamente aos cofres do Município de Curitiba a metade desse valor arrecadado de IPVA. O Imposto de Transmissão Causa Mortis tem um sentido bastante importante, esse resultado de 27,6%, pelo trabalho importante que o Governo do Estado, a Secretaria da Fazenda realizou junto à Receita Federal, identificando as movimentações de bens entre herdeiros, de herdeiros, o que acabou também trazendo uma receita bastante importante, um crescimento bastante significativo de 13,8 e um crescimento real de 7,5. É muito importante esse trabalho, repito, realizado em parceria com a Receita Federal, e também a agilidade que procuramos impor, já a Secretaria da Fazenda vem impondo na conclusão desse processo. É um processo que demorava para a avaliação, ele retornava a cartório, sempre muito moroso; ele já tem um processo mais ágil de arrecadação, o que também dá uma segurança nas transmissões de bens entre herdeiros. O Imposto de Renda vem como um retorno ao Estado do que ele movimentou, do que contribui também 17%, também está muito vinculado a crescimento econômico, a crescimento de folha, de pagamentos do setor privado também, de setor público. Taxas também, um crescimento importante, e que concluímos em receitas tributárias, aquelas receitas de domínio direto do Governo do Estado, têm essa performance, como também bastante importante de 12,93% nominal e 6,61% real. Aqui para... Um dado importante, saber quanto, na verdade, permanece com o Estado dessas receitas, e o quanto é dirigido à distribuição com os Municípios. O ICMS, essa diferença entre R\$6 bilhões 998 milhões, para R\$4 bilhões 157 milhões, é o que é distribuído para os Municípios. É porque também é destinado ao Fundeb e que, portanto, tem, vamos dizer assim, essa distribuição bastante significativa. O que fica com o Estado mesmo, com a estrutura pública do Governo do Estado, é tão somente esses R\$4 bilhões 157. Mas a participação dos Municípios, na quarta parte dos Municípios, o ICMS é bastante significativo, e um trabalho bastante... Feito com muita qualidade, não é, Gedalva? Só quero fazer uns parênteses aqui, já foi apresentado pelo Presidente aqui os quadros técnicos da Secretaria da Fazenda, e eu tenho a responsabilidade de apresentar aqui o trabalho que é realizado por esse importante quadro dos meus colegas de serviço público do Governo do Estado do Paraná. Então, peça licença a cada um de vocês para apresentar o trabalho de vocês, o trabalho de todos nós. O IPVA, se pudermos voltar um pouquinho mais, ele, nessa proporção, tem essa distribuição. O ITCMD, enfim, toda essa sessão para efetivamente definir a receita líquida, a receita tributária líquida, que é base inclusive para cálculos que realizamos no que diz respeito aos índices e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pois não, podemos passar? Aqui as transferências correntes, o FPE, Fundo de Participação do Estado, tem aquele crescimento bastante importante de 14,1%, embora não tenha o Estado do Paraná como um Estado desenvolvido não tem no FPE um tributo importante, uma transferência importante, uma receita importante, mas ele tem um crescimento bastante significativo do FPE, que também é a retomada da receita do IPI, fundamentalmente de IPI, que foi base de dedução no passado, visando o estímulo da economia, principalmente no setor automotivo e setor da linha branca. Então, com a retomada desse tributo, você tem também um crescimento da participação do FPE, do que é distribuído em Imposto de Renda e IPI para Estados e Municípios, via FPE ou FPM, como no caso dos Municípios. A CIDE é uma receita, vamos dizer assim, já em conclusão, e essa receita decorre

fundamentalmente de dívida ativa dessa... Receita ela não existe já desde quando? Dois mil e doze, não é? Em 2012 ela foi zerada. Então, a receita que vem da CIDE são saldos das dívidas ativas. Os devedores da CIDE é que estão em parcelamento ou pagamento de dívida ativa, e portanto ela tem um resíduo que vem aos cofres do Estado de forma assim tão menor. A compensação financeira é realizada também em função dos fortes... Minerais, via Mineropar. Basicamente também não é muito significativo. Por exemplo, essa compensação financeira, um Estado como o Rio de Janeiro, um Estado como o Espírito Santo, têm uma dependência fundamental dos royalties do petróleo, por exemplo. Por isso que quando houve a perspectiva de alteração da estrutura de distribuição do pré-sal, por exemplo, o Rio de Janeiro brigou tanto porque ele depende dessa contribuição financeira; não é o nosso caso; o nosso, é muito diminuta essa participação. O IPI está relacionado com o movimento da economia do Paraná, está relacionado com essa... Das exportações, fundamentalmente as exportações, mas do Paraná, portanto, ela tem essa projeção bastante importante, essa projeção não, esse crescimento bastante importante de 17% nominal, e quase 10% real em função do crescimento das exportações do Paraná, contabilizado aqui no IPI. A Lei Kandir tem esse quadro, esse quadro é bastante específico da Lei Kandir, porque mudou-se a data de recolhimento da Lei Kandir, que era sempre trazida ao mês como receita, até o final do mês base, ele passou a ser recolhido no mês seguinte. Então, só vou ter essa, esse valor do mês de abril e maio, como trabalhamos com o processo de caixa e não de competência, o que ingressou em caixa mesmo, ela se registrou tão somente esse valor, mas que será compensado no mês seguinte, agora de maio. Fundeb. Uma projeção de crescimento também, ele está muito relacionado com o crescimento, enfim, da receita local, e um misto da receita federal, 9,6, 2,5. As demais transferências. Deixe-me lembrar, convênios, basicamente convênios, e a compensação dos Estados exportadores, daquele programa dos Estados exportadores. Tem um detalhe nessas transferências, que o mês de dezembro foi recolhido em janeiro. Por isso que dá... Só em janeiro. Esse valor era para estar sendo contabilizado, seria, teria que ser pago pelo Governo Federal em dezembro; só recolheu, só repassou ao Estado em janeiro. Por isso que ele tem um crescimento bastante expressivo, mas ele, se equalizar esse valor, ele não tem essa projeção de crescimento tão grande quanto aqui coloca; ela seria, vamos dizer, num patamar mais, e estaria congelado também; ela não teve nenhum efeito prático, do ponto de vista financeiro para o Estado; ao contrário, teve um atraso até, de poucos dias, mas um atraso. O salário-educação, tem essa condição também bastante tímida, o crescimento, porque também está muito relacionado também, lógico, à distribuição nacional e à expansão da matrícula na rede estadual. Como vamos ver, não tem uma expansão muito expressiva a rede estadual, porque boa parte do sistema público de ensino foi municipalizado. Então, vamos ver o quanto o Estado distribui para os Municípios na proporção do Fundeb, e isso reflete também no salário-educação. O SUS. O SUS, ela tem uma lógica nacional, ela, e obviamente com um nível de atendimento *per capita*, aqui, relacionado no Paraná, e tem também tido um desempenho bastante importante, que nos tranquiliza, vamos dizer assim, do ponto de vista da complementação do SUS em relação às despesas que o Estado realiza na área de saúde. Esse é o quadro das transferências correntes. Podemos passar para o próximo. As outras transferências correntes. Receita patrimonial, aplicação financeira, basicamente aplicação financeira, não tem nenhum outro, alienação de bens, não tem, tem um pouco de receitas imobiliárias, porto de Paranaguá, basicamente, e a receita de serviços, lá embaixo, mas o porto de Paranaguá tem um processo de arrendamento lá que tem, portanto, uma participação bastante importante, mas basicamente receita patrimonial é receita ou decorrente de alienação de bens, o que não é o caso, não houve, veremos em detalhes, e tampouco outra fonte senão a de aplicação bancária, aplicação financeira mantida pelo Governo do Estado, que dá um crescimento bastante importante, de 43%, mas não é um valor expressivo. O setor agropecuário, de taxas do setor agropecuário, industrial, também muito pequena. A receita de serviços, sim, expressiva, porque aqui tem receita dos serviços de fiscalização; o Detran está aqui, uma parte da Adapar também está aqui, todas as taxas de fiscalização e inspeção estão aqui nestas receitas. As outras receitas correntes, deixem-me lembrar, multas, juros, amortizações da dívida ativa, o resultado da dívida ativa, todos os outros valores vêm aqui, nesta receita, que tem a apropriação do superávit financeiro, mas que não teve um crescimento expressivo. E aí também tem uma questão de ter trazido para o exercício de 2013, fui ver, ele teve uma receita decorrente do ano de 2012, por isso ele sai um pouco da curva no ano de 2013 e retoma, em 2014, um patamar histórico. Podemos passar adiante? A receita do Fundeb - está um pouco difícil de ver este quadro, mas de qualquer modo os senhores têm esses quadros já em papel - mas dá para identificar que ela cresce, a receita do Fundeb, na mesma proporção cresce a dedução, e há uma perda maior em função, vamos dizer assim, de um crescimento maior das matrículas nos Municípios em relação ao Estado. Portanto, o Estado, com a diferença que ele tem do *per capita* que ele tem no Fundeb, dado que o crescimento da matrícula é menor que o Município, ele repassa aos Municípios essa compensação. Esse fundo de compensação é passado aos Municípios. Então, para o sistema educacional como um todo, na relação do Estado e Município, tem um quadro bastante interessante aqui na relação do Governo do Estado com os Municípios paranaenses. A receita de capital, assim distribuída, a operação de crédito não tem nenhuma expressão este ano, basicamente em 2013 foi o ingresso do PAC da Copa e Mobilidade, e tem um resíduo aqui de 18 milhões. Gostaríamos de observar ali um número mais expressivo, por exemplo, recurso do BNDES em relação ao Proinveste, mas que temos a expectativa de, no próximo quadrimestre, termos essa receita vinda como operação de crédito, como ingresso de operação de crédito e podermos realizar os investimentos que já estão programados. Vamos até mostrar, mais adiante, esta questão. Alienação de bens: possivelmente aqui um valor residual, leilão de veículos de frotas inservíveis, que dá uma receita, de alienação de bens, não teve nenhum bem alienado, de maior expressão neste período. Amortização de empréstimo é um resíduo que teve em 2013, do Pedu, do antigo Pedu, Programa de Desenvolvimento Urbano, que já foi liquidado e não tem mais,

por exemplo, uma receita de crédito, de empréstimo, que o Governo tenha realizado junto aos Municípios. A transferência de capital também não teve algo expressivo, a transferência de capital vem, normalmente como recursos da União para o Governo do Paraná, para os governos, no caso, para o Governo do Paraná, lastreando investimentos ou construção de algum equipamento social ou de estradas, alguma coisa, algum bem tangível, que viria na forma de transferência de capital, mas não tivemos nenhuma transferência relevante e tampouco um volume maior do que foi de 2013. Então, 2014 tem uma proporção bastante pequena. Outras receitas de capital são aplicações financeiras, ressarcimentos e tal, que também está numa base nada expressiva. Aqui é o gráfico que distribui e demonstra todas as receitas, a distribuição, a importância de cada receita para as contas públicas do Estado do Paraná, e observamos que o ICMS, como eu disse, é a grande receita, é a receita maior que o Estado tem, e por sinal uma receita bastante importante para os Municípios, porque desse montante, 25% é repassado para os Municípios do Paraná. Então, este é o quadro, os senhores já também vêm acompanhando. Podemos passar para a análise da despesa. Aqui a despesa de pessoal e encargos, tivemos um decréscimo, e esse decréscimo decorre da alteração da base de valor no que diz respeito à contabilidade exata da despesa com pessoal. Foi um trabalho que teve um impacto a partir de fevereiro, de fevereiro a março de 2013, e desde então estabelecemos por realizar uma contabilidade mais exata junto ao Tribunal de Contas, em um patamar mais específico, mais exato no que diz respeito à despesa com pessoal e encargos. Por isso, como janeiro estava sobre a outra base, por isso que nesse período cheio ele se estabelece em um valor menor, porque em janeiro de 2014 ele ainda estava com uma base anterior, onde contabilizávamos, por exemplo, inativos de contas vinculadas à despesa de pessoal. Então, feito esse ajuste, essa dedução de forma absolutamente correta junto ao Tribunal de Contas, acaba por ter esse impacto de uma redução pequena de 1,29, a despeito do reajuste havido no exercício anterior. Juros e encargos da dívida, mantemos nesse patamar, 238 milhões neste período de janeiro a abril. A dívida no Estado do Paraná, quando vamos ver a dívida consolidada, esses juros e encargos são pagos absolutamente em dia, a dívida contratada toda ela paga em dia, amortizada em dia, e tem, portanto, essa performance; ela evolui mais ou menos em função de juros que possam ter alterado, mas normalmente são fixados os juros, ou de câmbio, quando se trata de dívida externa, como vamos ver mais adiante o perfil da nossa dívida. As outras despesas correntes, temos aí dois itens importantes: a transferência aos Municípios, aí contabiliza não somente o ICMS, mas também o IPVA, como basicamente são essas despesas, uma parte do Fundeb também; e as outras despesas exceto transferências são as despesas do grande custeio do Estado, despesas de alimentação escolar, a merenda escolar está aqui, a despesa do transporte escolar está aqui, a despesa de vigilância e limpeza, combustíveis, enfim, todas as grandes despesas para a estrutura de atendimento social e da estrutura do funcionamento da máquina pública estão neste item de outras despesas correntes, e dá para observarmos o quanto ela está muito próxima das despesas de pessoal. É o que efetivamente movimenta a máquina pública no que diz respeito à sua estrutura administrativa, em um valor menor, mas fundamentalmente ao atendimento ao cidadão através das unidades de saúde, dos hospitais, no caso do Estado, das escolas e tudo o que significa despesa não pessoal está aqui nessas outras despesas exceto transferências. Aqui as despesas de capital. Temos receita de capital, que é decorrente de operação de crédito e decorrente de aplicação financeira. A despesa de capital é a aplicação em investimentos. O que é o investimento? Uma estrada, uma construção de uma escola, uma construção de um hospital, uma construção de uma estrutura de atendimento social, de um presídio, aqui se colocam os investimentos, e tivemos uma performance bastante significativa, bastante importante a despeito de trabalharmos fundamentalmente com capital próprio, sem financiamento, sem transferências correntes relevantes para a despesa de capital; demos um salto de quase 100%, quase dobramos o nível de investimento nesse primeiro período, nesse primeiro quadrimestre, muito decorrente de pagamentos de despesas de obras de exercício anterior, como vamos observar, como aceleramos muitos pagamentos nesse período, como também início de obras que estavam, vamos dizer assim, represadas e que passamos a realizar, em função da própria performance do orçamento no que diz respeito às nossas receitas. Inversões financeiras, basicamente é Cohapar. Isso mesmo. Cohapar, é aporte de capital à Cohapar, cujo aporte de capital a Cohapar faz o seu pagamento junto à Caixa Econômica. A Cohapar, dentro do sistema habitacional brasileiro, tem na Caixa Econômica a sua grande fonte de receita, mas também sua grande fonte de despesa, de compromisso. Então, o Governo do Estado faz o aporte à Cohapar e a dívida da Cohapar é mantida absolutamente em dia junto ao Estado, à Caixa Econômica, perdão. Como é uma entidade não dependente, é importante que o Estado repasse à Cohapar e a Cohapar que mantenha sua dívida em dia junto à Caixa Econômica e não traga, vamos dizer assim, a dívida junto para dentro do Estado, porque ela passaria a ter outra configuração no que diz respeito a não ser mais uma Companhia com a agilidade que tem uma Companhia como a Cohapar e outras Cohabs, Cohabs municipais e também regionais. Amortização da dívida, daquilo que falamos, lá na despesa corrente tinha a ver o serviço da dívida em relação a juros, e aqui, basicamente, em relação à amortização. Tivemos, ou seja, além dos juros já estamos reduzindo o montante da dívida e reduzindo naquela proporção e pagando nesse período, de janeiro a abril, 263 milhões, e tendo uma evolução nominal de 20% e 14% real. Aqui, fundamentalmente o que deve ser trazido ao conhecimento do Poder Legislativo e da sociedade é como o Estado está se enquadrando nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas vinculações legais, constitucionais, a Constituição Federal, a Constituição também Estadual, que traz as vinculações. Primeiro a despesa com pessoal, temos um resultado bastante significativo para o Estado do Paraná. Para um Estado, aliás, não só para o Estado do Paraná como um Estado, os Estados e os Municípios, em especial os Estados têm sempre um comprometimento muito complexo de despesa de pessoal em relação à sua receita corrente. Depende muito da estrutura de pessoal para manter em funcionamento, portanto ele tem uma responsabilidade também muito

grande. Quer dizer, os orçamentos públicos são muito carregados para despesa de pessoal e toda estrutura pública brasileira, seja Estado, seja Município e mesmo a União. Aqui tivemos um resultado bastante importante, o consolidado geral, que compreende o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Ministério Público, está abaixo do limite prudencial. Sempre a área de maior pressão era o Poder Executivo, digo, é o Poder Executivo, e era no que diz respeito a esse quadrimestre. Nesse quadrimestre saímos do limite prudencial, estamos no patamar de 46.39, abaixo do limite prudencial, portanto, mais abaixo ainda do limite legal que impõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sempre um limite complexo. Teremos, a partir deste mês de maio, o impacto relacionado ao reajuste salarial que os Srs. Deputados votaram na mensagem apresentada pelo Executivo, e certamente, neste primeiro mês terá o impacto, neste segundo quadrimestre, mas que a perspectiva do Estado é de trabalhar também com aumento da receita, de modo a manter, e se comportar, vamos dizer assim, à despesa de pessoal no patamar abaixo do limite prudencial, fundamentalmente. Isso é, como disse, bastante complexo, impõem restrições aos Estados, impõe restrição ao Estado quando ele se desenquadra desse montante. Então, toda e qualquer expansão, por exemplo, de pessoal, é feita de forma muito cuidadosa, a ponto de não transbordar no limite colocado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que, como todos sabem, é o sucedâneo da Lei Camata, da conhecida Lei Camata, que impunha na despesa no máximo 60%, na verdade é uma transcrição disso, porque efetivamente sempre foi uma questão, um problema dívida e pessoal a estruturar, vamos dizer assim, o equilíbrio nas contas públicas. É um cuidado que sempre devemos ter. Havia esse descompasso em relação à metodologia. Ajustada essa metodologia, agora vamos seguir com muito cuidado nessa despesa de pessoal, sempre olhando a capacidade de arrecadação do Estado para poder dar algum outro saldo mais significativo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Prezado Secretário, agora V. Exa. tem até 15 minutos para dar continuidade na sua apresentação.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Obrigado, Deputado Douglas Fabrício. E os outros Poderes estão todos eles bem ajustados em relação à despesa de pessoal. Então vamos aos valores aplicados em educação, também no limite estabelecido pela Constituição, mais o que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição impõem e a Constituição do Estado agrega ainda outro percentual. Na verdade, a Constituição Federal é de 25%, o Estado eleva a 30%, porque considera também nessa base de avaliação, ou de valoração, ou a aplicação também nas nossas universidades. Sabemos que o Paraná e São Paulo, fundamentalmente, são os Estados que têm o maior volume, o maior comprometimento no seu orçamento no ensino público superior. Se olharmos, por exemplo, Minas Gerais, tem uma infinidade de universidades federais, tem Alfnas, tem Juiz de Fora e daí por diante. Vai para o Rio Grande do Sul, também uma porção de universidades financiadas pela União, pelo Governo Federal, por nós também. Agora, o Governo Estadual do Paraná e de São Paulo fundamentalmente têm esse comprometimento muito importante, muito forte do nosso orçamento; por isso essa adequação na nossa Constituição a 30%. Temos aí uma performance bastante forte, bastante intensa na despesa com a educação, ao mesmo tempo em que é importante essa despesa, sempre é muito, pressiona muito o orçamento, e a cada passo que a educação dá no seu orçamento ela avança muito em outras áreas, que também são importantes. Muito embora a educação fundamental, para quem é fundamental, nós que queremos construir uma civilização desenvolvida, a educação é fundamental. Porém, como disse, muito forte, a ponto de já no primeiro quadrimestre já ultrapassarmos os 30%, quando na verdade devíamos ter uma performance menor até, para poder ir elevando ao longo do ano e ter, por exemplo, recurso para, complementado o índice com o 13º, nós já antecipamos os 32%. É interessante esse dado quanto à estrutura educacional do Paraná, que é muito forte, muito intensa, no que diz respeito ao comprometimento de despesa, e estamos aqui com essa condição, ainda que tenha tido uma redução, em relação àquela mesma proporção de 2013, mas ele já ultrapassou os 30%. Então, mais do que cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, muito embora, repito, os valores aplicados em educação e saúde têm sentido a verificação no ano. Vamos ver mais adiante na saúde, não é o quadrimestre, não é a fotografia do quadrimestre que estabelece um comprometimento, é a média móvel do ano, ou no ano, na conclusão do exercício. Podemos seguir adiante, é o que verificamos com a saúde, que embora esteja em 9.61, abaixo de 12%, tem um crescimento estupendo mesmo, se formos identificar como foi o exercício seguinte. Por que estupendo? Cresceu 36%, cresceu 36% a despesa com saúde.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): (Fala fora do microfone - inaudível.)

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Certo, de 100%, 100%. É verdade, só que aqui não é R\$1, são R\$717 milhões investidos na saúde. É importante, porque se observarmos, e eu observei também os outros exercícios, inclusive em anos anteriores, em 2009, em 2008, sempre a proporção - e o Deputado Enio Verri foi Secretário de Planejamento e sabe disso - sempre usamos os primeiros meses do ano, é um ano que ainda vai iniciar o crescimento, não é, Deputado Enio Verri, depois que ele cresce. E já conseguimos e fizemos isso de propósito, fizemos aqui, o João Otávio e a Jô, do orçamento, identificamos isso e vamos de mês a mês como está sendo a nossa evolução. O próximo quadro que eu gostaria de apresentar aos senhores é muito importante, aliás, hoje na imprensa traz esse dado bastante significativo, que é o crescimento, aí sim, estupendo, mantendo o mesmo adjetivo em relação a março, se eu comparar com fevereiro e janeiro. Então, em janeiro estou em patamares ainda baixos, 3.63, 4.6, eu já elevo a 14%, ou seja, se eu fechar o mês, se eu pegar a receita do mês março e fizer o comparativo com a despesa, só essa despesa já ultrapassou os 12%. Se eu vou fazer o retrato de abril, já chegou em 16.63%. Então, essa evolução é bastante importante, efetivamente observamos que a questão da saúde é uma questão que o Estado vinha buscando compor, compor o seu orçamento para efetivamente fazer a devida aplicação. A saúde, como disse, também o compartilhamento, o Sistema SUS é um sistema complexo no que diz respeito à distribuição de recursos e de responsabilidades. Os Municípios têm uma responsabilidade muito importante, e o Estado, como ação complementar hospitalar, ele tem que estar atento e acelerar

a despesa, e aqui aceleramos de forma bastante importante, aqui nesses dois primeiros meses, e essa é a nossa meta: crescer, crescer, crescer. Mesmo que saibamos que no último quadrimestre, que é o último período que tem que chegar aos 12%, queremos antecipar já para o 2º quadrimestre uma evolução, a ponto de chegar já nos 12%, muito embora, repito, 12% se fecha, ou 25%, ou 30% no caso da educação, se fecha no final do exercício. Vamos rápido, Presidente. Aqui o quadro geral das vinculações constitucionais, aqui as performances de cada item. Repito, são retratos quadrimestrais, mas que se completam no ano. Por exemplo, temos ainda que crescer muito em ciência e tecnologia, é um fundo que se completa no ano, e esse crescimento se dará nos próximos meses, certamente. PASEP é retirado direto do nosso próprio FPE, então ele sempre vai manter 1.05, da mesma forma os precatórios. Os precatórios são 2% sobre a receita corrente líquida, 2% é depositado, pontualmente, pelo Governo do Estado, e vem compondo os valores que estão no Tribunal de Justiça para efetivo pagamento dos precatórios, que é o trabalho que estamos buscando realizar junto ao Tribunal de Justiça. Vamos passar para outro. Aqui os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, a receita quantia líquida, que é a base da identificação da capacidade de endividamento e pagamento do Estado, coloca como limite possível de contratação de empréstimos a nossa capacidade de endividamento. A capacidade de endividamento do Governo do Estado é de R\$4 bilhões e 228 milhões, e contratamos tão somente, ou seja, a nossa dívida contratada é tão somente de R\$1 bilhão 834 milhões, portanto teremos um saldo efetivo de 2 bilhões. Quer dizer, o Estado tem uma capacidade de endividamento, de buscar recursos de endividamento nessa proporção de 2 bilhões 394. O limite de gastos com o serviço da dívida também tem uma folga bastante importante, ali como os senhores podem observar. Vou passar rápido isso. O saldo devedor, também temos condições de ampliar o saldo devedor, podemos nos endividar conforme as resoluções do Senado, a 43, podemos nos endividar até 2%, duas vezes, perdão, a receita corrente líquida, se a receita corrente líquida nossa é de 26, podemos nos endividar em 52, e temos tão somente 20 bilhões, podemos chegar e elevar mais 32 bilhões, só como referência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para garantia também temos um forte saldo de apresentar garantias, mas não utilizamos; utilizamos muito pouco, e no caso para antecipação de receitas orçamentárias, raro, mas é um processo em desuso, é um processo que hoje teria que ser levado ao Banco Central, entrar em leilão de título e tal, em desuso, só está lá registrado na resolução do Senado, mas não tem muito sentido para o Estado, como o Estado do Paraná não tem nenhum sentido, não está desenvolvendo. Podemos passar adiante. Aqui as dívidas consolidadas líquidas, como que elas se conformam. Basicamente a dívida contratual, que vamos ver em detalhes como são essas dívidas; vamos ver o perfil, quais as agências que o Estado têm e os senhores também, obviamente, acompanham e já têm os relatórios, vão identificar o perfil do que é dívida externa, o que é dívida interna e da interna, o que resulta de lei federal, que resulta de PASEP, enfim, vamos ver mais adiante, para não tomar o tempo dos senhores. Os precatórios... Desculpem, só para fazer, o que tem de ativo disponível e a dívida consolidada líquida que é a dívida consolidada bruta, menos o ativo financeiro que você tem em caixa, reduz a dívida do Estado a R\$14 bilhões 319 milhões, e que portanto tem um saldo menor do que 2013, ou seja, o Estado pagou mais dívida, pagou dívida consolidada, então reduziu o tamanho da dívida para o Estado. O limite seria 52 e tal; temos lá todas as condições muito claras da grande capacidade de endividamento que tem o Estado do Paraná. Podemos passar adiante. Aqui o resultado primário, o que é receita primária e o que é despesa primária. São receitas, no caso das receitas, são receitas não financeiras, nem por operação de crédito, nem por aplicação financeira. Aquela receita líquida, receita direta, que vem de tributos e vem de transferências constitucionais, fundamentalmente FPE. Então, temos uma receita ao longo desses... Pegamos desde 2009 para saber o crescimento, chegamos a 11 bilhões 516 milhões, ou seja, quer dizer, capacidade de arrecadação direta do Estado pelos seus tributos e pelas transferências constitucionais e uma despesa primária, que é a despesa da estrutura, do funcionamento do Estado, despesa de pessoal, despesa de materiais, equipamentos, de uso de materiais, despesas correntes, no equipamento seria despesa de capital. Despesas com a manutenção das escolas, dos hospitais, temos 9 bilhões e 362. Ou seja, temos um resultado primário de 2 bilhões 154, bem superior, mais que o dobro do que o mesmo período do ano passado; isso é muito importante e mostra a capacidade financeira que tem o Estado de, com receitas próprias, realizar as suas despesas. Despesas correntes. Lógico que todo financiamento é importante, todo investimento é importante e está lastreado com financiamento de agências de financiamento, seja internacional, seja local, como vamos ver mais adiante. Análise da dívida, aqui, a dívida interna então atinge esse patamar de R\$13 bilhões 954 milhões 197 mil, vimos o quanto está distante da capacidade total que o Estado tem para se endividar. A Lei 9.496 fundamentalmente é uma consolidação de dívida que os Estados - essa é uma lei federal - e consolidou uma dívida que os Estados tinham com a União e consolidou numa única dívida, formas de pagamentos razoavelmente longas, mas fundamentalmente, no caso do Paraná, está aí o processo do saneamento do Banestado, boa parte está vinculada ao processo de saneamento do Banestado, tem também dívidas da Caixa Econômica Federal do passado, que foi consolidada, e o Estado vem pagando religiosamente essa dívida, se colocando nesse patamar. O BEP é o Banco do Estado do Paraná, os títulos da dívida pública que estavam no caixa, na tesouraria do Banestado à época, título da dívida pública de Alagoas, Guarulhos, Osasco, estão ali, eles são financiados, eles foram utilizados no processo de privatização do Banestado e são financiados do Estado, pago ao Governo Federal esse montante, vem pagando, vem resgatando e mantendo a dívida nessa proporção. CRC Copel. CRC Copel, para se entender, quando fui à Copel ali tive a função de Diretor Financeiro da Copel, é um Fundo que foi construído para o setor elétrico antes, desde a década de 80, entre a década de 80 até o final da década de 90, que era uma forma de dar uma estabilidade ao sistema elétrico brasileiro. As empresas do setor elétrico que tivessem lucro acima de 12% de margem, não de margem, de taxa de lucro, elas tinham que levar esse dinheiro ao Governo Federal, se o Governo Federal fazia um fundo, e esse fundo

era distribuído para as empresas que tinham uma margem de lucro menor, e no caso, a Copel era uma empresa que apresentava lucro acima dos 12%. Então, esse resultado da Copel, por isso que a conta de resultados a compensar levado à União, o Governo Federal distribui nas elétricas que não eram, mas se endividou com o Estado, com a Copel, era uma dívida que a União tinha com o Estado, quando vem a renegociação, processo de renegociação das dívidas de Estados e Municípios na construção da Secretaria do Tesouro Nacional, por exemplo, já entre o Governo Collor e o começo do Governo Itamar, há também a assunção por parte dos Estados dessa dívida, ou seja, o Estado devia para a União, o Estado do Paraná devia para a União, a União falou o seguinte: "Você deve, você assume essa dívida com a Copel e eu retiro esse montante da dívida que o Estado tem com a União." Então, uma troca de dívida, e então passou o Estado a ser devedor da Copel, porque ele assumiu a dívida que ele tinha com a União. Basicamente três empresas têm essa situação: a Copel, a Cemig e a C3R, que se chama Companhia de Construção tal, do Rio Grande do Sul. São as três...

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Pergunto a V. Exa. se precisa de mais algum tempo? Três minutos. Então, concedo mais três minutos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Desculpe, nos empolgamos um pouco. Então, tem essa dívida, que, aliás, é uma dívida que o Estado apresentou ao Tesouro Nacional para fazer uma quitação com deságio de até 15%, isso já aprovado no âmbito do Conselho de Administração e da própria Anel essa quitação da dívida, que é importante para o Estado. Em troca à dívida, o próprio Governo Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional têm estimulado Estados e Municípios a trocarem dívidas ruins para uma menos pior, vamos chamar assim, e está em processo de discussão no STN esse programa do CRC. Tem conversado inclusive com o Banco do Brasil, para ver um perfil mais adequado para a quitação dessa dívida. Outras dívidas, Caixa Econômica, BNDES e tal, isso mesmo. Dívida externa, que vamos ver a seguir, aquele volume aumentou um pouco por causa do câmbio. Precatório, é a dívida que o Estado tem o precatório, que vai amortizando, pagando um percentual da receita corrente líquida mensal. E a dívida do PASEP, essa dívida que bastou estar no Brasil, Estados e Municípios, têm dívida com o PASEP, que foi um processo de transmissão do processo de coletista para o estatutário. Então, essa é uma dívida de muitos anos, e para todos os Estados e Municípios o Estado vem quitando de forma paulatina. Podemos passar. Esse é o perfil da dívida, todos os senhores têm. Podemos passar para outro? Aqui só uma distribuição de como é a dívida interna, ali é a União. Outros credores, basicamente é BNDES. É BNDES, Caixa Econômica também, perdão. A dívida externa já tem BID, já tem, já tem um histórico mais forte do BID, porque aí tem Paraná Urbano I e II; tem o PROEM. O PROEM, aliás, eu, como servidor público, coordenei esse projeto no final do Governo Roberto Requião e Mário Pereira, portanto para o Encontro IPQE, e concluímos até com o nosso Secretário Olivir Gabardo, nessa conclusão desse projeto que veio a ser executado no Governo seguinte, no Governo Jaime Lerner. O Banco do Japão - Japan Bank - é basicamente, aliás, basicamente não, é a única operação realizada com esse banco, com que realizou a Programa Paranasan, que atendeu toda a área de saneamento da região metropolitana e litoral. Daí outras dívidas da gestão direta e indireta, que se mais em detalhe, parcelamento Pasep, que é aquela dívida que falamos lá de Estados e Municípios. Podemos passar adiante que já estamos terminando. Presidente, então aqui o quadro de evolução da dívida, essa proporção. Observamos que não há grandes saltos na dívida, porque efetivamente, ao contrário, até há uma redução, que efetivamente não houve outros contratos de financiamento de empréstimo para poder lastrear... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um tempo para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Um minuto mesmo, literalmente. Saldo devedor de precatório, só para ver a proporção. Tem havido amortização, porque pelo pagamento pontual que o Governo tem realizado, então vem baixando precatório, e aqui os processos que estão sem presença, os processos que constam na pauta da STN, alguns em execução. Quando falamos em execução, já assinado, só aguardando o repasse do recurso, no caso ali o mais expressivo para nós é o Proinveste, muito embora multisetorial; o BID já teve um desembolso de US\$50 milhões. Então é isso, Presidente. Perdoe-me o avançado do horário, do tempo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado ao nosso Secretário Sebastiani, do Estado do Paraná. Agora temos aqui seis Deputados já inscritos para fazerem os seus questionamentos. Convido V. Sa., se quiser, voltar aqui à Mesa e responder daqui.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Sr. Presidente, "pela ordem".

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): "Pela ordem", quem está falando?

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Luersen.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Inscreeva-me também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): O sétimo inscrito. E as regras todos os Deputados sabem. Secretário, os Deputados terão cinco minutos para formular o seu questionamento, depois o Secretário tem também cinco minutos para responder, a réplica tem três minutos, e depois, a tréplica, mais três minutos. Vamos procurar fazer com objetividade, para ver se conseguimos cumprir dentro desses prazos. Tenho certeza de que todos cooperarão conosco. O primeiro Deputado inscrito é o Deputado Enio Verri. V. Exa. tem cinco minutos, Deputado Enio Verri.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Secretário Sebastiani, assessores aqui presentes, primeiro o elogio público, a forma pedagógica como V. Exa. apresentou os números foi muito clara. A análise rápida que vamos fazer aqui, o que chama a atenção, e não é só nesse primeiro quadrimestre, mas o histórico deste mandato, é um aumento substancial da ODC, tirando, lógico, as transferências. Já assinaei para os vários Secretários que o antecederam,

essa questão do aumento substancial, porque sabemos que o aumento da ODC implica em queda de investimento. Nesse cenário de contínuo aumento da ODC, eu levanto, primeiro, a ex-Secretária Jozélia veio aqui falar sobre uma grande dívida que tinha o Estado do Paraná, em especial a fornecedores, que ultrapassava a casa de R\$1 bilhão. Primeiro, esse valor é o mesmo? Aumentou ou diminuiu? Como é que está a programação desse pagamento, porque é público e notório que continuam fornecedores atrasados, isso por conta de próprios empresários que nos procuram falando, posso citar publicamente um, não vou citar o nome dele, que desde dezembro não recebe. Outra questão, nesse cenário, como está o primeiro quadrimestre em relação a fornecedores - estou me referindo então ao último quadrimestre, que era R\$1 bilhão e 100 - subiu, aumentou? Não? Quando está programado? E esse primeiro bimestre, como é que está a nossa dívida com - nossa não, do Governo do Estado; eu não tenho essa dívida - com os fornecedores? Terceira questão, 13º salário, foi isso publicamente noticiado, inclusive no jornal Gazeta do Povo, que o Governo passa por uma grande preocupação sobre a capacidade de pagar o 13º salário. Está ocorrendo o que é normal na gestão pública, municipal, estadual ou federal, o devido provisionamento mensal do 13º? Isso, é bom lembrar que em 2013, o Governo fez, me permite o termo, milagres para pagar o 13º, sem entrar em detalhes, o que poderia explicar o que é esse milagre, que não foi fácil. Inclusive a antecipação de receita, o Tribunal de Justiça que o diga. Nós, inclusive, tocamos nesse assunto na semana passada aqui pelo Tadeu Veneri, que apresentou uma lista que a OAB nos passou sobre... Que não foi tão pouco assim o valor que foi tirado do Tribunal de Justiça. E, por fim, uma preocupação, Secretário, V. Exa., de maneira muito pedagógica, de muita competência, sempre salienta: "Olha, é o primeiro quadrimestre! Cuidado!" E tem razão. Só que temos uma expressão no mundo que diz o seguinte: "Mate um leão todos os dias, porque amanhã serão dois. Depois de amanhã serão três. Daí você não consegue matar". O Governo do Estado do Paraná tem que gastar 12% - desculpe, vou corrigir - investir 12% em saúde, e além da diferença do ano passado, que não foi feita, mais R\$480 milhões. A persistir - temos só mais dois quadrimestres - não corremos o risco de ter que matar cinco leões de uma única vez? Porque o primeiro quadrimestre é fato, você aponta o caminho para as políticas de saúde; entretanto, gastar os 12, investir os 12, já não é fácil, pelo limite orçamentário que se apresenta. Segundo, não gastar no primeiro quadrimestre uma dívida anterior, não vai apertar de tal maneira que você chega ao segundo e ao terceiro quadrimestre, 13º para pagar, fornecedores atrasados, como é que atinge esse índice de 12%, mais a diferença? Esses são os pontos, de maneira muito rápida, que quero apresentar a V. Exa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Com a palavra o Secretário, cinco minutos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Obrigado, Deputado. Exmo. Deputado Enio Verri, colega economista também, também com muita competência apresenta as questões. Eu diria o quadro geral, completo, podemos até terminar, talvez, com todos esses pontos aqui, mas certamente terá outras questões importantes também trazidas pelos Deputados. Mas, Deputado, especificamente, a ODC, Outras Despesas Correntes, de fato, ela cresce de forma bastante expressiva, ela não, necessariamente, está vinculada à falta de investimento, não necessariamente, porque não há, aqui, identificado, nenhum processo de terceirização que fosse realizado em função do não investimento. No investimento temos lá, embora crescendo, tendo crescido de forma bastante expressiva esse quadrimestre que observamos, ele é ainda, é muito, todos os investimentos de Estados e Municípios e mesmo a União, é muito importante que sejam lastreados por financiamento. É assim com o setor privado, é assim com o setor público também. Não é à toa que existem bancos de desenvolvimento públicos, como é o nosso BNDES, que financia grandes projetos públicos em diversos locais do país e do mundo; o Banco Mundial, uma agência multilateral, o BID e assim por diante. Então, uma questão, de fato, sempre nos busca, quer dizer, uma das formas, um dos trabalhos que temos buscado é ampliar e ter toda a possibilidade de ampliar recursos de financiamento. Este é um ponto que certamente falaremos mais adiante. Mas vou citar uma despesa de trânsito, por exemplo, transporte escolar, ela passa a ser integrada a outras despesas correntes e ganha um impulso bastante grande de responsabilidade por parte do Governo do Estado. Por exemplo, não é sozinho, todo o processo, por exemplo, de manutenção de escolas, manutenção de hospitais, está associado a essas despesas, o processo de limpeza e vigilância, também as despesas de alimentação dos presídios também têm gerado bastante, vamos dizer assim, pressão sobre essa despesa. Então, de fato, ela ganha proporção, mas ela está ganhando proporção em função da demanda social, de atendimento à demanda social. Eu até me comprometo, e não tenho aqui em detalhes, de trazer, efetivamente, porque de fato, a primeira análise que fiz das contas do Estado, me atualizando, foi efetivamente chamar a atenção para esse foco: como crescem as despesas correntes. E observamos que foram fruto de política pública mesmo. Não há nenhum desajuste em relação a isto, o que nos dá ainda mais a pressão de aumentar a receita. Aliás, é um dado para todo o Estado Brasileiro, desde a União, Governos Estaduais e Governos Municipais. Desculpe, se faltar alguma coisa o senhor tem direito à tréplica, vamos lembrando, mas anotei, aqui, RP: restos a pagar, de fato, na apresentação relativa à conclusão do exercício de 2013, a então Secretária da Fazenda apresentou, eu acompanhei, não aqui, acompanhei pela imprensa, como muitos acompanharam, mas os senhores aqui presentes, foi apresentado o valor de restos a pagar de quase 1 bilhão e 100, tanto que quando assumimos - quando digo nós, nós assumimos, um corpo técnico também já da Secretaria da Fazenda, até o João Otávio, que os senhores conhecem bem, como o nosso colega economista, como Diretor Geral, a Jô, enfim, todos, o Marco, o Jaques e tal - quando nós dissemos: - "Vamos fazer esse levantamento", porque a primeira pergunta que me fizeram, a imprensa, assim: - "E a dívida de um bilhão?" Primeiro vamos identificar essa dívida. Melhor, identificar quando você vai no balanço. Nosso contador geral, o Maurílio, que também assume conosco um quadro do Estado, do DER, identifica, e falou: - Olha, já temos, já estabelecemos outro patamar." Ou seja, a primeira quinzena de março, quando assumimos,

já estávamos no patamar de 740 milhões, a grosso modo, 739 e alguma coisa, 740 milhões, então, já teria havido no período de dezembro à primeira quinzena de março uma quitação dessa dívida na ordem de R\$260 milhões. Essa dívida, que dívida é essa? Dívida flutuante, restos a pagar. Muitas dessas em atraso, o senhor não tenha dúvida de que aconteceu isto, portanto, foi minha primeira preocupação. O que o Deputado trouxe aqui foi a preocupação nossa. Quando digo nossa, fundamentalmente, do Governador Beto Richa, que me incumbe disso: - "Sebastiani, temos um problema muito sério, que é a dívida com fornecedores." E, fundamentalmente, aí, chamava atenção do Governador, fundamentalmente a preocupação era com os pequenos credores, está certo? Que era a locação... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Um minuto para concluir sua resposta, depois passamos três minutos para o Deputado fazer a tréplica.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: ...Do imóvel, era às vezes a merenda escolar dada e não quitada, enfim, despesas pequenas. Qual foi nosso primeiro impacto? Ah! E outra coisa me cobravam: qual a programação de pagamento? Quando cheguei à Fazenda, tinha uma programação para pagar em 36 meses, porque foi visto como referência o Município de Curitiba, está certo? O então Secretário, 36 meses, falei: - "Vai ter gente que não aguenta 36 meses; tem que ter outro plano." E o primeiro plano foi este, vamos fazer por faixas: 10 mil, 20 mil, 30 mil, 40 mil, e ver a condição de caixa. Chegamos em R\$40 mil, 50 mil, um pouquinho mais, e com pagamento e quitação do exercício anterior de restos a pagar até R\$40 mil, atingimos positivamente cerca de 85% dos credores do Governo do Estado do Paraná... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Fundamentalmente aqueles que sobrevivem daquela renda. Então, isto já limpamos, e depois, esses outros credores, rapidamente, passamos a chamá-los, chamá-los abertamente em reunião, todo o segmento, por exemplo, limpeza e vigilância, todo o segmento, fornecimento de alimentação, todos, o segmento do Paraná inteiro, chamamos e começamos a fazer processos de parcelamento de duas, três, quatro vezes, mas não em meses, de 15 em 15 dias, 10 em 10 dias. Começamos a movimentar e trabalhar na redução dos restos a pagar, que não é redução gráfica, é efetivamente o atendimento à demanda, à renda que aquele fornecedor precisa ter. Reduzimos de 740 milhões, até 30 de abril, para R\$400 milhões. Está certo? Ah, não! Minto. Perdão. A R\$340 milhões. Pagamos efetivamente R\$400 milhões. Já em maio temos um primeiro levantamento, que não está na conta aqui, já fizemos mais um pagamento em relação a restos a pagar, R\$70 milhões. Então, conseguimos reduzir aquele impacto. Lógico que dá, estamos começando a ver e já vimos pagando as despesas referentes a janeiro, fevereiro, março, já estamos movimentando e pagando. Então, como o Deputado falou, são três, às vezes aparecem 10 leões no dia, de tudo que é lado, e não podemos, de fato, parar. A questão das contas judiciais é algo que nós, quando chegamos já estabelecemos inclusive uma resolução conjunta, nós e a Procuradoria Geral do Estado, para fazer uma verificação de todas as contas que efetivamente foram utilizadas, para efetivamente dar conforto ao Estado, para saber exatamente o que tem de disponibilidade de caixa e o que tem que ser devolvido, e fazer um levantamento, saber onde foi, onde ocorreram esses lapsos de fazer movimentação de contas que não eram efetivamente judiciais. Então, está no nosso foco, é um dos leões que temos que enfrentar todo dia, e enfrentado de forma bastante intensa, diuturnamente. Saúde. A saúde, de qualquer modo, Deputado, é um quadro bastante importante quando vemos aquela evolução. Fizemos a evolução mês a mês de outros anos anteriores, nunca teve aquele processo - de forma bastante intensa mesmo - porque temos esse compromisso de fazer o atingimento dos 12%, no mínimo, e fazer a compensação de 2013. Por isso, um projeto de forma muito importante, e o Deputado Enio Verri compreendeu, até pela sua experiência no planejamento, quando o João Otávio coordenava a COP, que aquela abertura do crédito especial até R\$900 milhões - e vamos cancelar só aquelas despesas que não têm impacto social - a Fazenda é a primeira a apresentar a condição de cancelamento de orçamento para chegar à compensação. Temos uma discussão importante com o Tribunal de Contas ainda no que diz respeito à contabilização efetiva de despesas com saúde, observando inclusive o que outros Estados brasileiros realizam, a própria questão da dedução da base do Fundeb está sendo trabalhada de forma muito republicana, muito correta, para efetivamente ter a efetiva diferença entre o valor que vai ser apurado ao final no Relatório da DCE, da Diretoria de Contas do Estado, e para haver a compensação. Quanto mais evoluirmos depois de 2013, menos impacto terá para 2014. Mas é tão forte a nossa preocupação com a saúde, que era preocupação, é preocupação de todos nós, e o Governador falou assim: - "Olha, Sebastiani, estou sem dormir por conta disto"... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Peço que conclua, porque daí devolvemos a palavra ao Deputado, e na réplica e tréplica acho que vocês conseguem concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Está bem. E eu falei assim: - "Então, deixa que eu não durmo." Então, agora eu não estou dormindo, mas comecei a dormir em função disso. Talvez eu não durma por outros leões, mas esse, especificamente da saúde, já nos dá uma linha de tranquilidade a atingir os 12%, que fundamentalmente, quando concluir o terceiro quadrimestre, onde vem o 13º também, que é contabilizado para chegar no índice. Então, o senhor está muito certo na sua preocupação, e é nossa também. Vamos chegar aos 12% e mais o diferencial do ano seguinte, que é a nossa meta, ajudada, apoiada inclusive pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Com a palavra o Deputado Enio Verri.

DEPUTADO ENIO VERRI (PT): Presidente, até em solidariedade aos colegas que também querem falar, o tempo se estendeu, só gostaria de ter uma resposta mais clara, Secretário; foi muito claro o que você disse. Faltou, em minha opinião, a resposta, primeira... Assim... Se não, ou se você quiser contribuir com alguma

coisa, senão daqui a pouco o Presidente vai ter problemas no controle da Mesa. 1) Estão ocorrendo os depósitos mensais de provisão para o 13º? 2) Hoje estamos em torno, então, de 400 milhões de dívidas a fornecedores de 2013 e 2014? Para ser prático, só essas duas.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Vou começar pela última. Pagamos 2013 e estamos procurando quitar 2014. Isso, por exemplo, é a saúde, a saúde é esse movimento. Por isso que ela chega nesse valor, porque a saúde tem credores que não podem esperar, porque não fornecem remédio no dia seguinte, e nisso temos uma atenção total. Eu recebo ligação toda manhã mesmo, posso falar abertamente, do Secretário Michele Caputo. Quando eu vejo o celular eu falo: - “É o Michele. Michele, pode deixar, nós vamos fazer a quitação.” Porque a preocupação, ele está na ponta e está sentindo a demanda. Tem também questões pendentes com Municípios no Paraná no que diz respeito a convênios que estão sendo também quitados, trabalhados. Fizemos uma quitação importante, que era do ano passado, por isso que reduz os restos a pagar de pedras irregulares da agricultura; estamos já começando a trabalhar na questão do calcário. Enfim, o atendimento ao Município, além do ICMS, estamos trabalhando, o ICMS que vai dividido aos Municípios, também trabalhando nos convênios. Então é permanente essa preocupação, e a saúde, fundamentalmente, perdão, e a questão de pagamento desse 13º. Então, fazemos o movimento da mão dupla, e contamos a receita crescendo. A receita cresce, eu vou quitando as duas partes. A questão do provisionamento do 13º, que está absolutamente registrado e em conta bancária, tivemos o desenchame, o desembolso do Banco Mundial, por exemplo, para obras que já foram realizadas; nós reservamos esse valor, porque o Estado, por isso que ele teve o reembolso, porque ele já quitou, já fez pagamentos no ano anterior, então essa conta já está provisionada, que aliás, como o senhor bem lembrou e é fato, é fundamental, não podemos ter a pressão pesada no final do ano para poder ajustar a conta em cima de salário, em absoluto será. Muito obrigado pelas perguntas e pelas suas preocupações, que são as nossas, dos paranaenses. Muito obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Segundo orador inscrito, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Secretário Sebastiani, primeiro quero agradecê-lo pela forma como conduz as explicações desta prestação do quadrimestre. A pergunta que eu lhe faço, e acho que isso é importante que fique claro, porque o que ouvimos aqui na Assembleia todos os dias é que o Paraná está quebrado; não há outro discurso a não ser esse. Temos feito o contraponto, mostrando o outro lado. É lógico que muitas das pendências que temos hoje, que restaram de contas a pagar de 2013, são fruto da não viabilização das operações de crédito no Proinveste, porque investimos na frente. Tínhamos uma programação de obras, investimos, e é lógico, temos um saldo credor no momento em que esses valores entrarem no caixa, no Tesouro do Estado, e que poderá, é lógico, dar esse equilíbrio necessário. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: diante dos números que conhecemos aqui do primeiro quadrimestre, qual é a sua previsão de fechamento do exercício financeiro de 2014 com base nessas informações? Porque é bom que se diga aqui, o Paraná inteiro, com certeza, deve estar nos ouvindo pela TV Sinal, para que possamos mostrar aos paranaenses que o Estado do Paraná não é o que se apregoa por aí. V. Exa. poderá, como Secretário, dar essa segurança a todos nós. Já baixamos o valor da dívida, que acho que isso é um número muito importante, e além de baixar a dívida, tenho conhecimento, estamos pagando também valores de 2014. Cito aqui o exemplo das pedras irregulares, onde V. Exa. já disponibilizou quase R\$70 milhões, 50 antecipados e 20 de valores que estão sendo executados. Então, acho que o quadro é muito bom da nossa economia. A pergunta é esta: qual é a previsão, como V. Exa. vê o fechamento do exercício de 2014 diante das informações desse primeiro quadrimestre de 2014?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): V. Exa. tem cinco minutos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Muito obrigado pelos comentários, Deputado Ademar Traiano, Líder do Governo da Assembleia Legislativa do Paraná. É sempre muito complexo, Deputado, falar, já antever uma situação de quitação de um quadro na área pública; isso em geral no Brasil. Sou servidor público do Estado do Paraná desde 1981, e por profissão e pela área, pela instituição à qual pertencço, que é o Iparde, sempre acompanhamos muito o Estado, a economia paranaense e também o Estado, e tive uma passagem pela Prefeitura Municipal de Curitiba e lá observamos o quanto um Município, uma Capital, por exemplo, tem um quadro menos complexo e menos limitado que o Estado. O Estado, até no conserto da própria distribuição de tributos, de distribuição das contribuições que o cidadão realiza para o financiamento da estrutura pública, eu diria que o Estado é o ente mais sacrificado mesmo. Eu não encontro, e tenho conversado com alguns Secretários da Fazenda, não tive a oportunidade de ir a uma reunião do Confaz ainda, mas antevero uma reunião onde deve ter muita reclamação, muita preocupação, reclamação mais que preocupação. Eu diria, Deputado, que sempre é muito complexa a gestão do Estado; ele tem muito compromisso, tem uma demanda muito forte, e, proporcionalmente, uma condição financeira menos intensa do que um Município desenvolvido. Não só Curitiba, mas vamos pegar outros Municípios paranaenses. Ainda que o cidadão more no Município, pressione muito o Município, o Estado, institucionalmente, tem uma responsabilidade muito grande. Vimos há pouco aqui o peso financeiro do setor educacional, tão importante, porque o Estado do Paraná tem essa condição de ter a responsabilidade do ensino superior, por exemplo. Então, eu diria o seguinte: antever uma tranquilidade absoluta, antevero na medida em que estamos trabalhando dia a dia, noite e dia para poder ajustar o passado. O senhor colocou bem, que dizer, o Estado, se fizermos uma análise do que foi realizado sem recurso vinculado à operação de crédito, o Estado do Paraná se isolou. Todos os Estados, por exemplo, tiveram acesso ao Proinveste. Não estou aqui tentando politizar, partidizar, estabelecer nenhum confronto com o Governo Federal; não é essa a minha forma de pensar, quem me conhece sabe como eu trabalho, mas trabalho dentro de uma realidade dos números. Quando eu, todo

dia, um dia sim, outro também, ligo para o BNDES, converso com o Diretor que, felizmente, o Diretor Financeiro, tive um relacionamento de trabalho com ele na Copel, quando ele era Conselheiro da Copel, representante do BNDES, o economista nosso colega Maurício Borges Lemos, da Universidade Federal de Minas Gerais, figura bastante interessante, quando todo dia o incomodo, quando vai poder liberar, porque sei da importância do Proinveste, como tenho certeza de que sabia também da importância do Proinveste o Secretário das Finanças de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Amapá, de Goiás, e tiveram essa condição. Então, esse desajuste, de fato, tem pouco ou muito a ver com a ausência desse recurso. Mas não é só isso! Tem muito também que temos que fazer o ajuste, em função do desajuste que houve no tempo e na velocidade da despesa. Tanto evoluíram algumas despesas que deixou um pouco mais acanhada a saúde. Por isso a preocupação também do Deputado Traiano, do Enio Verri, e nesse sentido vamos acelerar despesa com a saúde. Digo para tranquilizar nesse sentido, sim, estamos acelerando despesa com saúde. Então, estamos focados em determinados pontos, um dos pontos também é o financiamento, não tenha dúvida, esse recurso tem que entrar para o Paraná, é fundamental que entre para o Paraná. É de nosso direito e tem todo entendimento do BNDES, não tenho dúvida disso; só precisamos da questão de tempo e precisamos do apoio de todos os Deputados, de todos os paranaenses para que isso ocorra. Mas está muito próximo de ocorrer. Até a proposta depois podemos aprofundar essa questão do Proinveste, isso é muito importante, mas não consigo dizer, com toda sinceridade, como fecharemos o ano. Só digo o seguinte, Deputado: temos que fechar de forma muito equilibrada; com todo o sacrifício o Estado, ao final, sempre realizou, com muita firmeza e com muito suor, o equilíbrio financeiro, e não vai ser diferente neste final de exercício, porque daí é uma responsabilidade que temos. Nós, servidores da Secretaria da Fazenda, sejam os auditores...

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Desculpe. Respondem pela nossa arrecadação. Esse, então, eu os incluo na oração todos os dias, todos os dias, na nossa economia que tem que estar crescendo para poder manter o fluxo. Eu olho aqui para a Suzane também, importante o trabalho dela, do Valêncio, de todos, do Jaime, de todos os nossos auditores. Vejo isso como um ponto muito importante, por isso toda a nossa atenção em relação à receita e também a contenção da despesa. E daí somos nós, aqui, Jô, Marcos, João Otávio, a segurar, a manter para poder efetivamente pagar todos os nossos compromissos, seja de 2013, que já estamos avançando bastante, seja de 2014, Deputado. Então, a nossa tensão é permanente. Não consigo antever, só consigo dizer que vamos trabalhar muito, estamos trabalhando muito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Traiano, tem três minutos.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Secretário Sebastiani, eu o conheço e sei do seu cuidado, do zelo que tem no momento em que se reporta, principalmente em um tema tão importante quanto este. É lógico que enquanto não tivermos uma revisão do pacto federativo, os Estados e os Municípios hoje têm uma situação caótica. Essa é uma coisa notável e é fruto de movimentos, inclusive de todos os Prefeitos do Brasil, dos Governadores, independente de cor partidária. Acho que isso tem que ser revisto. Agora, a minha pergunta foi exatamente no sentido de mostrar, e eu acho, gostaria, já que V. Exa. é um Secretário da Fazenda, que eu não suporto mais ouvir dizer que o Estado está quebrado. Então, é nessa linha, com a entrada desses recursos financeiros, os números para o Estado, hoje, dos restos a pagar, não é um bicho de sete cabeças, não é. Sabemos que não é em um orçamento como nós temos. Então, com o advento da entrada desses recursos financeiros, com o crescimento da receita se comportando nessa ordem, a pergunta é nesse sentido, nós vamos terminar o ano equilibrado? Porque é exatamente por isso que eu fiz o questionamento, para mostrar aos paranaenses que temos uma situação confortável em relação aos demais Estados da Federação; o Paraná é um paraíso hoje. Essa é a verdade, apesar de não termos os empréstimos que são vitais e fundamentais para a continuidade de ações de infraestrutura do Estado. Então, essa é a pergunta: ao tempo em que tivermos o ingresso desses recursos, com o crescimento da receita - e a autoridade maior para falar sobre isso é a sua pessoa - a pergunta: nós vamos terminar o ano em uma situação equilibrada?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Três minutos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Tamanha é a nossa posição e nossa meta de equilibrar, que trabalhamos com os planos A, B, C e D. O plano B é não contar, por exemplo, com o recurso do Proinveste, mas não quero nem pensar nessa hipótese, não quero nem pensar nessa hipótese. Como brasileiro, como paranaense, tenho que contar com essa hipótese, seja do ponto de vista da Justiça financeira, que se estabelece com o Ente Paraná, o nosso Estado do Paraná, mas mais do que tudo, ele é fundamental, muito importante, porque efetivamente, para termos uma ideia, dos R\$817 milhões, já há um reconhecimento do próprio Banco do Brasil, que é o responsável. O BNDES repassa o recurso para o Banco do Brasil e o Banco do Brasil que coordena esse projeto, já há um reconhecimento de R\$440 milhões, como recurso já desembolsado pelo Estado. Então, foi recurso que o Estado antecipou, portanto, teremos a condição de receber esse recurso livre com reembolso, e portanto, muito importante para a quitação dessa dívida. Então, conto muito com isso. Estamos, inclusive, trabalhando em uma estratégia de quitação de trabalho com esse recurso, para fazer a movimentação financeira. Então, com esse recurso, não tenha dúvida de que teremos uma condição bastante favorável e muito equilibrada das nossas contas públicas do Governo do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Secretário, o senhor falou dos recursos do empréstimo. Qual é o valor?

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, R\$817 milhões de reais...

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Hoje está na imprensa que devem pagar - pelo menos estão falando - que vão pagar amanhã ou depois de amanhã. Em recebendo esse dinheiro, chegou ao caixa do Estado, o que será feito com esse dinheiro?

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Como eu disse, cerca de R\$440 milhões, ele já é um recurso de reembolso, recurso livre, já ingressa como recurso no Tesouro, e esse recurso do Tesouro está absolutamente liberado para quitação dos restos a pagar e pagamentos já deste exercício. Então ele já tem essa condição. Os outros R\$400 e poucos milhões, um pouquinho menos, 390 milhões, já estão gravados para, por exemplo, o aporte financeiro do BRDE. O BRDE precisa fazer o aporte financeiro. O Paraná no BRDE, para adequar essa Instituição aos Índices de Basileia, que dão equilíbrio ao sistema bancário, e aqui estou vendo os nossos colegas do Banco do Brasil, sabem bem o que é o Índice de Basileia, e temos essa condição. Aliás, sempre estamos próximos do Banco do Brasil. O Banco do Brasil é um grande parceiro, e em especial aqui com o nosso Proinveste também. Uma saudação aos nossos colegas do Banco do Brasil. Esse aporte dá em valores a serem investidos no Programa Paraná Mais Seguro, que são viaturas, estruturas de delegacias. Tem também na área de desenvolvimento social, o CRAS, saúde, financiamento na saúde, fundamentalmente esses outros R\$400 milhões. Então, esse ingresso de recurso é fundamental nesses dois movimentos: quitação de pagamentos e novos investimentos. Ai também obras de infraestrutura importantes, como as estradas importantes aqui no Estado do Paraná, que terão também esse aporte do Proinveste.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch. V. Exa. tem cinco minutos.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de uma forma muito especial gostaria de cumprimentar o Secretário da Fazenda, Sr. Sebastiani, que da mesma forma como fez o Deputado Enio Verri, que com muita elegância e bem didático, tem demonstrado os números no Estado do Paraná. Vimos, pelos números apresentados na página 8, página 5, a evolução das receitas no Estado do Paraná em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado. Um aumento real de 5.81. Agora pergunto a V. Exa., Sr. Secretário, no quadro aqui na página 22 dessas transparências que foram apresentadas para nós, onde é que fala do comprometimento do Estado do Paraná em relação à sua capacidade de endividamento e também, lógico, com isso, o pagamento. Temos realizado, ou seja, temos nos endividado em empréstimo, 1 bilhão 834 milhões, e nosso limite para contrair empréstimos é de R\$4 bilhões 228 milhões, conforme a transparência que V. Exa. tem apresentado. Pergunto ao senhor, dentro da linha que alguém já perguntou - e peço desculpas, eu estava dando entrevista agora, caso o Deputado Ademar Traiano já tenha feito a pergunta, não sei - esses empréstimos, a novela dos empréstimos do Estado do Paraná. Primeiro ficou na STE, na Secretaria do Tesouro Nacional, houve uma liminar por parte do Ministro Marco Aurélio dizendo que o Paraná estava em dia; depois outra liminar, no momento, Marco Aurélio, em detrimento da liberação desse empréstimo e posteriormente o Estado entrou com outra ação. Mas antes disso a STN liberou, foi para o Ministério da Fazenda, eu pergunto a V. Exa. onde se encontram e em que pé está efetivamente o Proinveste, porque sabemos que não tem só o Proinveste, existem outros financiamentos que o Estado também está pleiteando, e acredito, pela sua exposição, quer dizer, até o comprometimento e a dificuldade financeira que o Estado passa atualmente é em consequência da não liberação desses empréstimos. O senhor, como Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, poderia informar para este Parlamentar, para os Parlamentares e para o Paraná, já que está sendo transmitida ao vivo esta Sessão, onde anda e a quantas anda, e se ainda temos esperança em receber, principalmente o Proinveste, uma vez que foi o único Estado da Federação que não teve a sua liberação. E cumprimos, segundo informações da imprensa, todos os requisitos exigidos pela legislação. Pergunta ao Secretário: onde anda? Há possibilidade da liberação desse empréstimo?

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Muito obrigado, Deputado Elio Rusch, pelas palavras, e também é muito importante a sua questão, porque é um assunto que está na pauta da imprensa, está na pauta da preocupação de todos os Deputados também, e é importante que tenhamos as informações completas e claras a respeito dessa questão. Deputado, onde se encontra e qual é, efetivamente, o empecilho que tem dessa liberação, já que vencemos tantas etapas, etapas difíceis, duras. Em relação, primeiro, à despesa de pessoal, foi efetivamente quando estava já para ser aprovado, foi, houve uma posição do Senador Roberto Requião no sentido de identificar problemas em relação a esse cálculo. Voltou para análise do cálculo, voltou para o STN, volta para o Estado. Há, daí, uma ação, uma medida cautelar encaminhada pela Procuradoria, especificamente pelo Procurador e colega do serviço público, o Botto de Lacerda, que venceram essa medida cautelar e resolveu a questão de pessoal. Tinha a questão pendente da saúde, e daí foi minha primeira e única ida a Brasília - porque toda a concentração minha tem que estar aqui - quando conversamos com o Eduardo Coutinho, que é o Coordenador dos Estados e Municípios. E o conheço, até trabalhamos juntos, fomos a Washington negociar esse projeto da educação, o Eduardo Coutinho foi conosco, deu a condição de a saúde ser compensada pela Lei 141, é muito clara, ela pode ser compensada no exercício seguinte, mas colocou-se o empecilho pela Secretaria do Tesouro Nacional, obrigou o Estado, através da sua Procuradoria, a entrar com outra medida cautelar, foi lá e venceu a medida cautelar, e finalmente, depois de algum tempo, com medidas bastante duras que o Estado teve que tomar em relação aos responsáveis pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas dentro da absoluta regra do jogo institucional e legal, enfim, tivemos a ida a PGFN; a PGFN demorou um pouco mais para ir ao Ministro; o Ministro foi instado a assinar, mas enfim, uma pequena minissérie em relação a essa questão, até que ele alcança uma portaria dando a condição de garantia. Não é o aval, é a garantia que a União dá. Na verdade, o Tesouro vota - e o Senado já tinha feito isso - vota a garantia da União ao empréstimo, que é de responsabilidade do Estado. Quem está assumindo o crédito é o Estado do Paraná; quando digo eu, somos nós paranaenses, eu como responsável, mas somos nós paranaenses assumindo aquele financiamento que, diga-se de passagem, como eu disse, todos os Estados da Federação receberam, menos o Paraná. Mas enfim, alcançamos o ponto exato de o Banco do Brasil oficial o BNDES e o BNDES realizar o desembolso. Eis que surge a questão da assunção da dívida colocada, e de forma assim bastante clara pelo

BNDES, e já de algum tempo - tive a experiência em relação a essa questão dessa assunção da dívida quando estive na Copel - na Copel havia uma necessidade de financiamento já contratado, já aprovado, de 1 bilhão para a Usina de Colider, a Usina Hidrelétrica de Colider, e em função da não assunção da dívida do Governo do Estado do Paraná, da dívida do Badep, que tem junto ao BNDES, porque o BNDES é um órgão, o antigo BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado no Governo Getúlio Vargas em 1952, ele irrigava o sistema financeiro de desenvolvimento. Então, tinha todos os Estados, praticamente todos os Estados mais desenvolvidos tinham o seu Banco de Desenvolvimento. Tinha o nosso Badep, com uma história bastante importante na década de 60 aqui, que é o sucedâneo da Codepar, ele era um órgão repassador desse recurso ao setor produtivo quando havia esse acúmulo de não pagamentos, ele vinha assumindo uma dívida com o BNDES. Mas enfim, essa dívida que foi contabilizada e foi apresentada em 2010, então essa questão de assunção da dívida não foi invenção de agora, foi em 2010, na transição do Governo Requião com o Governo Pessuti, quando ele, instado pelo BNDES a resolver aquela dívida, desde então levanta-se a dívida e começa um trabalho de negociação de o Estado assumir a dívida de um banco, mas em condições mais favoráveis ao Estado, porque de alguma forma é vinculado, o banco é vinculado ao Estado, mas fundamentalmente, seguindo os interesses do BNDES, que quer porque quer, e não está errado nisso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Agora peço que conclua, para que o Deputado Elio Rusch possa fazer as suas considerações.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Quer retirar do seu balanço, o BNDES quer retirar do balanço essas dívidas que têm com o Banco de Desenvolvimento, e levando a um credor bom que é o Governo do Estado. Por quê? Por que é um credor bom? Porque é mesmo, porque a dívida contratada o Estado paga em dia, absolutamente em dia, sempre foi a história do Governo do Estado do Paraná e vai continuar sendo; tanto que fez baixar uma dívida registrada no balanço, segundo o BNDES, de R\$2 bilhões e 200... R\$2 bilhões 686 para R\$426 milhões; deu um deságio bastante importante, o Estado assume essa dívida, o BNDES retira esse peso do seu balanço e o Estado alonga o pagamento dessa dívida, de modo a também ter os ativos do Badep; os ativos, desde os recebíveis, que não é de grande profusão, até o prédio. Hoje o prédio que a Secretaria da Fazenda está, ele loca, ele paga a locação, passa a ser do Estado, porque é um bem que o Estado assumiu. Só esse processo já inicia desde 2010, e vem com uma discussão inclusive de a Procuradoria querer, em algum momento, judicializar essa questão. Coincidentemente, a ex-Secretária da Fazenda estava num processo, pela Procuradoria, buscando judicializar, não chegavam à uma conclusão. Quando nós chegamos, já tínhamos essa experiência, porque foi... A Copel foi obstada de ir para obter o recurso, sabendo que era importante realizar isso. Já havia um cálculo de trabalho entre a Secretaria da Fazenda e também o próprio BNDES, que era um processo de ganha-ganha - vamos dizer assim - ou perde menos. Está certo? (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Palavra com o Deputado Elio para que possa fazer a sua réplica, e já retorna para a sua tréplica.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Eu só fiz essa colocação, Secretário, realmente diante da sua explanação, é idêntica aquela dívida que a Copel também tinha com o Governo Federal, e foi transformado em dívida do Estado do Paraná junto ao Governo. E a mesma coisa deve acontecer com o Badep. Então, é importante, para ficarmos sabendo aqui, Deputado Welter, mesma coisa, é uma dívida, e o Badep foi liquidado na década de 80. Uma dívida que deve existir no Badep que quando eu assumi como Deputado, em 91, já não tínhamos o Badep no Paraná. Então, estamos lembrando uma dívida que já faz quase 30 anos que existe. Esse é o impeditivo de o Paraná obter o crédito, o financiamento. E quais as obras? Quem é que está sendo prejudicado com isso? Essa é, principalmente, a questão que eu faço. E quais os programas que seriam beneficiados também com esses empréstimos? Que na verdade a não liberação dos empréstimos, eu entendo que o grande prejudicado é o paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Três minutos para V. Exa. concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Presidente. É um instrumento que o BNDES está lançando mão de forçar nós assumirmos a dívida logo e poder ter a liberação do Proinveste. Não vou entrar no mérito, está certo? O que é importante é só termos a definição, até porque também é o interesse, só que o que mudou um pouco, o BNDES queria que tivesse autorização do Tesouro para assumir essa dívida para deliberar o Proinveste. Então, até algumas informações que saíram assim, mas acredito que não foi por má intenção, e talvez a minha informação seja necessária, estou acompanhando esse processo; eu revelo aqui, na verdade, a informação que todos da Secretaria da Fazenda têm, do Estado têm. Na verdade, não fizemos... O que atrapalha o processo não é a assunção da dívida; é ao contrário. A assunção da dívida é o que está viabilizando o BNDES a nos ouvir; se não tivéssemos feito à assunção da dívida, se não tivesse a Assembleia votado, no final do ano passado, a assunção da dívida, não teríamos essa porta de negociação com o BNDES. Então, o BNDES está querendo acelerar isso. Hoje avançou bastante, porque precisa tão somente protocolar o processo, que se chama Manual de Apresentação de Pleitos, junto ao STL, para ele já fazer a liberação. Então, é muito importante isso, porque às vezes pode sair uma informação mais equivocada, não má intencionada, mas equivocada, de se dizer o seguinte: não, isso aconteceu porque o Estado fez a assunção da dívida. Não, o Estado, ao fazer a assunção da dívida, daí que ele abriu o caminho para o Proinveste. Então, estamos tratando-os com muito cuidado, com muita atenção, é muito importante essa relação que tem com o nosso BNDES, e seria muito importante sempre o apoio da Assembleia. Em relação às obras, obras importantíssimas, eu olho para o Deputado, lembro da sua região, tem uma obra importante no Município de Palotina, do contorno, tem obras aqui da região metropolitana de Curitiba. Vejo aqui o Deputado Rasca, sempre muito preocupado, sempre se vinculou à preocupação também do Governador em relação a essa obra aqui em Pinhais, em

Piraquara. Então, são tantas obras de grande importância para o nosso Estado que é muito importante que isso ocorra mesmo. O apoio de todos os Deputados é fundamental, e tenho certeza de que teremos, teremos mesmo. Tivemos isso da parte da Bancada Federal, o apoio, lá, desde o momento da STN, indistintamente, de partidos, outros tantos partidos, de todos os partidos me procuraram para ver que tipo de apoio podem dar. E aqui para nós também é muito importante que a nossa Assembleia Legislativa do Paraná também nos apoie nesse recurso tão importante para o nosso Estado.

DEPUTADO ELIO RUSCH (DEM): Obrigado, Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado ao Deputado Elio Rusch. Obrigado ao Secretário. Agora, o próximo orador, Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. também tem o tempo, cinco minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Secretário, cumprimentá-lo, cumprimentar toda a sua equipe, é uma satisfação tê-lo aqui, o senhor sabe de longa data, já que temos acompanhado o seu trabalho. Tenho algumas questões, Secretário, mas só gostaria de fazer antes um brevíssimo comentário a respeito do que o senhor acabou de colocar. Acho que é importante que o Secretário da Fazenda venha a esta Casa, e finalmente alguém reconheça que não há perseguição de “a”, “b” ou “c”; ao contrário, tínhamos algumas pendências que, como o senhor falou, dentro das regras do jogo, foram utilizadas. Ai, essas pendências solucionadas, como agora o senhor colocou do BRDE, aliás, não do BRDE, desculpe, do Badep, é uma delas, Deputado Elio, e acho que o fato de solucionarmos possibilita inclusive, e não é deste Governo, é de Governos anteriores, mas nós governamos dentro do tempo, nós governamos sem que tenhamos o tempo que queremos, é o tempo que temos. Então, acho importante que isso seja, como V. Exa. colocou, seja explicitado. Da mesma forma, Secretário, apenas faço aqui uma lembrança: o Governo recebeu, não quando V. Exa. estava, V. Sa., perdão, estava na Secretaria, mas o Governo recebeu R\$500 milhões do Banco do Brasil, se eu não estiver enganado, ou está recebendo uma negociação da folha, R\$400 milhões da ALEP, a Assembleia Legislativa, R\$792 milhões de antecipação de ICMS, divididos da Sanepar e da Copel; e agora 365, deve receber R\$365 milhões do Funesp, de uma mensagem que está aqui conosco para ser votada. A pergunta que eu faço a V. Exa. é quando houve um projeto aqui - e eu votei contra na CCJ, por entender que é inconstitucional - transferindo R\$915 milhões, fazendo o aporte na saúde, esse projeto veio sem que tivéssemos a indicação das fontes. Ou seja, sem sabermos de onde vai sair o dinheiro. Na verdade, eu ainda perguntei se esse dinheiro sai de Deus, porque como não se tem a fonte, nós ficamos na boa-fé. E foi mandado pela Secretaria da Fazenda, no dia seguinte, mas não está no projeto, algumas das transferências, de onde sairiam. Uma delas, que me chamou a atenção, Secretário, é que seria um valor, se eu não estiver enganado, de cerca R\$585 milhões, sairia da SEAP, Secretaria do Planejamento, aliás, da Previdência, e aí nós, examinando o balanço, só haveria uma forma, que seria a do ParanaPrevidência, e eu pergunto a V. Sa. se do ParanaPrevidência há recurso suficiente para fazer essa transferência. Segundo, com relação à CRC, que o senhor colocou, há um acordo hoje, ou está se tentando fazer um empréstimo do Credit Suisse, não é? No caso de esses recursos virem, cerca de um R\$1 bilhão e 300 milhões, existe, no seu entendimento, uma possibilidade de se fazer uma transação entre a DIS, da Copel, que no final é quem tem esse crédito, para o pagamento, com o pagamento daquelas ações PN que o Governo recebeu da Sanepar? Essa é a segunda pergunta que eu lhe faço, que aquelas ações foram recebidas a 12,75, e temos divergência com relação a elas, porque num período elas estavam a 6,89, e entendemos que a Sanepar e o Governo, de comum acordo, mas o Governo teve um prejuízo de cerca de R\$500 milhões, mas este é um assunto que vamos discutir depois. E a terceira, o senhor colocou a respeito dos valores extrajudiciais, daquelas contas todas que estão pendentes, que estão sendo discutidas, consta, pela OAB, que foram irregularmente retirados cerca de 1 bilhão e 700, aliás, 17 milhões, perdão, e que já foram devolvidos. Estes 17 milhões o Estado já reconheceu e devolveu. Há um questionamento acerca de 239 milhões, que estão sendo questionados esses valores. O senhor entende que esses valores são, de fato, devidos? Porque na relação que a OAB tem consta a Copel, eu até tenho a relação aqui, mas quanto à Copel, por exemplo, com cerca de 68 milhões e outras contas, não sei se o senhor tem conhecimento desta, se chegou até o senhor esse questionamento, mas gostaria, se fosse possível, que o senhor comentasse. E numa última condição, Secretário, no projeto que o Governador Carlos Alberto mandou a esta Casa, no dia 22 de maio, esses R\$365 milhões, que são repasses feitos à SESP, consta aqui o pagamento de 119 milhões para equipamentos, transferência de equipamentos, e consta também o pagamento de R\$14 milhões e 600 mil de diárias do pessoal militar. Pergunto a V. Sa. se nesse valor de 365 milhões estão incluídos nesta dívida que o senhor falou, que é uma dívida consolidada do Estado?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): V. Exa. tem o tempo para responder, de cinco minutos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Primeira questão: as regras do jogo. As regras do jogo são jogadas, são utilizadas conforme decisões políticas, também. Está certo? Somos brasileiros e sabemos o que é. Temos uma afirmação do Governador Beto Richa, que foi muito feliz, no programa, quando ele falou o seguinte: - “Será que o Estado Brasileiro, o Paraná, é o pior Estado do Brasil? Se for o pior Estado do Brasil nós estamos muito bem, muito bem! Estamos aqui! O Estado está funcionando.” Então, as regras do jogo são usadas conforme definições políticas, não tenham dúvidas, não tenham dúvidas. Essa marca existe mesmo e isto constrange muito, nós, servidores públicos, quando sabemos da necessidade desses recursos e esses recursos são obstaculizados, momento a momento. Cada momento tem uma regra diferente. Aliás, este foi o argumento... Vou lhe dar o exemplo do BNDES e Proinveste. Numa quinta-feira, o BRDE, preocupado com a vinda do recurso - e fiz esse pedido ao Marcos Romar, que ali estava - se eu poderia por no viva-voz o telefonema que ele estava me dando, dando a condição, quando nós protocolamos a questão no Tesouro, do pedido de revisão da dívida, para fazer a assunção da dívida, qual era a perspectiva do desembolso. Ele falou: - “Sebastiani, é muito rápido.” Está certo? O Banco

do Brasil já estava avisado, o Diretor do Setor Público, o Jânio, que tenho um contato telefônico com ele, tamanha a agilidade, porque foi uma decisão judicial, e na quinta-feira saímos todos felizes, o BRDE feliz, dando os parabéns para nós. Na sexta-feira, às 18h30 da tarde, final da tarde, recebo uma ligação do mesmo Superintendente de Crédito dizendo desta regra do jogo. E aquilo caiu como uma pedra, caiu como uma pedra! Uma sexta-feira, às 18h30, a secretária, que muitos conhecem, a Marcele, que atendeu o telefone, ela marcou. Eu fiquei uma hora e 28 minutos ao telefone, com uma contundência muito grande. O Deputado Tadeu Veneri, da mesma origem minha, italiana, sabe o que é um italiano quando sai do prumo. Sai do prumo naquele momento. Caiu aquilo de forma muito pesada, identificando que estava começando a ser utilizada uma forma, eu diria, cruel até, de exigir que acelerássemos um processo de reassunção de dívida, sem a nossa responsabilidade, porque não dependia de mim. E falei ainda para o Marcos Romar, Superintendente de Crédito do BNDES: eu preciso estar ativo, para junto com você, pedir ao Tesouro Nacional que acelere essa garantia, essa aprovação; mas não tenho a condição moral de ir sem o financiamento interno, esse financiamento Proinveste no Tesouro do Estado, porque vou me sentir absolutamente retirado da minha cidadania, como gestor público, de não vir esse recurso. Então, desculpem, fui um pouco enfático, perdoem-me todos, mas foi uma... Então, essa questão da regra do jogo muda, e não pode ser mudada. Então, estamos apelando para o bom senso, retomamos a racionalidade por parte do BNDES, estabelecemos um nível, e eu falava aqui do nosso colega, economista e Diretor Financeiro, que eu tive proximidade dele, o quanto mudou o patamar da discussão, e mesmo assim ele está buscando a solução, vamos construir essa solução, não tenha dúvida, mas de forma racional, usando de forma absolutamente republicana as regras do jogo. Então, só para dizer, essa marca não tem como admitir que não houve definições políticas a respeito do Proinveste. Não tem como. Eu até gostaria, porque se isso significasse dizer que o recurso vem amanhã, já estava resolvido. Está certo? Todos os Estados tiveram financiamento, e o nosso Estado do Paraná não teve esse financiamento. Todos, até o Amapá! Com todo o respeito ao Amapá. Bem, a questão dos recursos. O Deputado falou dos 500 milhões da folha de pagamento. Posso falar muito abertamente sobre isto, fui eu o responsável... Falou de 500 milhões do Banco do Brasil em negociação da folha de pagamentos. Está certo? É isso? Ou não quer que responda esta questão?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Eu lhe perguntei a respeito desses valores todos que vieram adicionais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Só repor aqui o tempo do Secretário. Pode fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Tadeu Veneri, os 500 milhões eu posso falar, sim, de cadeia. Trabalhamos isso intensamente com o Banco do Brasil. O Banco do Brasil, até hoje, quando até estive conversando com o Vice-Presidente, dois Vice-Presidentes, o Alexandre Abreu, em... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um tempo para V. Exa. concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Até para acelerar o processo de negociação do Proinveste, antes dessas regras surpresas virem, falou assim: - “Puxa! Você, Sebastiani,” - palavras dele - “vocês nos esfolarão!” Porque tivemos uma receita decorrente da administração da folha de forma muito importante. Foi o maior valor *per capita* que um Estado recebeu, de 500 milhões, que ingressou em três parcelas, em 2011, 2012 e 2013, e foi trabalhado na gestão da Secretaria da Fazenda para pagar os seus compromissos. Ingressou. Não é fonte de financiamento, e sim administração. Foi muito importante, porque anteriormente tinha sido negociada a mesma folha por 100 milhões. Nós alavancamos em cinco vezes, o que foi muito importante, e demos a estabilidade para o servidor público na relação com um importante banco, que é o Banco do Brasil. Antecipação de dividendos, tivemos. Eu próprio tive, vamos dizer assim, a responsabilidade de fazer esse encaminhamento dos dividendos da Copel, eu era Diretor Financeiro; a Copel apurou um lucro importante e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um tempo para V. Sa. concluir e aí depois já passo a palavra...

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Está bem. Desculpe. Foi encaminhada a antecipação dos dividendos, passamos ao Estado. O Estado trabalha nisso, paga basicamente quando se trata de dividendos, ele está vinculado a despesas de investimento, uma parte daqueles investimentos lá que já verificamos no ano de 2013, uma parte foi paga com antecipação, e aguardamos também os dividendos da nossa empresa do Estado repassar. Ter lucro a empresa estatal não é ruim, é muito bom, e teve lucro recorde nesse ano passado, que eu tive a honra de participar, mas a minha participação é muito pequena, porque quem faz lucro lá é a Copel, em especial a Copel Geração, o quadro técnico maravilhoso que tem aquela empresa, e tem dado lucro e repassado dividendos, o que é o normal do jogo, aliás, de forma muito conservadora. As empresas do setor elétrico chegam a passar a 100% do lucro, e nós passamos, no máximo, 50% nesses últimos meses... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Passo a palavra ao Deputado Tadeu, que tem três minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Secretário, quero parabenizá-lo, porque o senhor não vai responder o que estou perguntando. Eu lhe perguntei a lei que transferiu 915 milhões para a saúde não veio da forma como deveria, com as fontes. Quando dissemos que era inconstitucional, foi mandado um papelzinho, foi mandado um papel com algumas Secretarias, entre elas a Secretaria da Fazenda e a SEAP, com um desembolso de cerca de R\$585 milhões, que no orçamento só pode sair do ParanaPrevidência. Gostaria que o senhor respondesse. O CRC do Credit Suisse, há a intenção de fazer a compensação com as ações da Sanepar de 795 milhões, em uma triangulação com a DIS? Segunda coisa. E a terceira que lhe perguntei é a respeito daqueles valores que o senhor colocou que talvez, e obviamente que não é obrigado a saber, nem quero lhe colocar numa situação de constrangimento, mas que segundo a OAB seria de cerca de 259 milhões e que

teriam sido tomados indevidamente. E por último, Secretário, acho, V. Exa. coloca que o Estado do Paraná realmente teve problemas e a regra do jogo iria mudar. Acho que o senhor, eu ouvi o senhor falando, e ao mesmo tempo em que o senhor falava eu ouvia o Prefeito Gustavo Fruet falando a mesma coisa do Governador Carlos Alberto, as regras do jogo mudam conforme os interesses. Foi exatamente isso que o Prefeito Fruet falou quando tiveram alguma divergência a respeito de repasses para o Município de Curitiba. Mas acho que isso V. Exa. já explicou, é o jogo, não tem como fazer choradeira e fazer disso um cavalo de batalha, até porque ele existe e quem está nele sabe que tem que ser jogado. Agora, eu gostaria, se o senhor pudesse, nos responder essas três questões bem objetivas: se há ou não interesse de fazer, intenção em fazer essa triangulação com a DIS, se é possível inclusive, porque é possível que abra mão de dividendos futuros, é possível que a DIS aceite ações da Sanepar, embora eu não entenda o que aconteceu lá com a Copel quando ela abriu mão de ser majoritária no Consórcio Dominó, recentemente, e a lei que transferiu os 915 milhões para a saúde, por que não veio especificado quais seriam as fontes que seriam oriundas, ou que seriam as fontes que transfeririam esses recursos? No mais, lhe cumprimentar pela sua exposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): V. Exa. tem até três minutos para fazer a resposta.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Presidente. Bem rapidamente, não posso deixar de responder. Se a choradeira - usando o seu termo - do Prefeito é equivalente, então tomara que aconteça com o Estado o que aconteceu com o Município, porque nós pagamos, religiosamente, cerca de R\$8 milhões para o sistema de transporte. Então, já está resolvido. Tomara que a União... Desculpe-me? As obras da Copa, além disso, mas eu estou falando especificamente disso, e está resolvido. Então, tomara que tenha a sensibilidade federativa, o Governo Federal, nesse sentido, e nos ajude, nos ajude, Deputado, nos ajude, porque você tem força para isso. Não estou ironizando, não, é verdade. Ajude-nos, que é importante mesmo. Ele está rindo para mim; eu rio para ele também, porque temos essa liberdade aqui de sermos muito francos um com o outro. A questão dos 900 milhões, veja, fico muito à vontade para colocar essa questão, porque estou vendo o João Otávio, que foi o Coordenador da Copa, e na época da Copa, e a Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Planejamento, na época que tínhamos o nosso colega, meu colega, economista, e hoje Deputado, que já era Deputado também, Enio Verri, na titularidade, e esse mesmo trabalho, essa mesma colocação, esse mesmo projeto de lei já foi também objeto de votação por esta Casa nos mesmos termos. Quer dizer, ninguém inventou nada. Fonte, na verdade, a fonte é uma só, é Fonte 100, é fonte de recursos do Estado. A fonte é uma só. Eu só tenho assim a condição de quando eu for realizar eu faço por decreto, a partir da lei, e obviamente que eu tenho que identificar onde eu vou cancelar. Não vou cancelar de contribuição previdenciária, não se preocupe, porque quando identificamos a Secretaria, não necessariamente é da fonte previdenciária. Por que escolheram justo a previdenciária, Deputado? Podiam escolher outras despesas relacionadas, por exemplo, a aquisição de equipamentos, materiais, xerox, que pode ser deslocado disso e dar preferência efetivamente à saúde. Eu próprio disse: a Secretaria da Fazenda disponibilizou o seu orçamento, boa parte dele, para dar recursos à saúde, mas é tão somente uma autorização que vai ser efetivada com o decreto, não é público o processo, e de uma forma absoluta, adequada, no que diz respeito à Lei 4.320 de 64, onde identifica esse formato. Não tem nada diferente, nada, tanto que eu soube que até o parecer do Deputado era favorável, depois que alterou. Mas isso foi bem esclarecido. E por favor, sempre conte conosco, a gente vem aqui apresentar à Assembleia todos os detalhes, porque não há nada, até porque não há motivo de fazer alguma coisa errada, que não seja dentro da legislação. A questão da CRC Credit Suisse, estamos - até coloquei na prestação - estamos já trabalhando com o próprio Banco do Brasil no sentido - estou vendo aqui o Mantovani e todos - no sentido de ver a condição que o Banco do Brasil nos dê uma condição melhor do que o Credit Suisse... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um minuto então.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: A forma que o Credit Suisse está se alavancando, ele está se alavancando com títulos do mercado europeu. Então, traz um custo financeiro, um custo cambial muito grande para nós. Não é uma operação quitada; o próprio Tesouro já nos alertou sobre isso. Então, estamos adequando para fazer a quitação dessa dívida. É para a Copel DIS, não tenha dúvida, é porque ela que gerou receita, na época, lucro para poder emprestar ao Governo Federal, e hoje está sendo devolvido a Copel DIS. Agora, em relação à questão de como fazer isso, porque quem tem a condição das ações da Copel é a Copel Holding, e ela não vai levar esse recurso de ações exatamente na Copel... Não tem sentido de buscar esse recurso. Isso é para capitalizar a Copel DIS. E por que precisa capitalizar as distribuidoras? Porque elas estão em processo de grandes dificuldades, por causa da crise do setor elétrico, que, aliás, todos sabemos. Nós somos brasileiros e sabemos... (É retirado o som.) Mas estou à sua disposição, sempre, Deputado. Sempre mesmo, o senhor sabe disso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sr. Presidente, vou deixar depois, Secretário, para vermos essa questão que lhe falei da OAB. A dívida de 259 milhões está lá colocada, da qual 68 milhões é Copel.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Posso falar um minutinho?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Ok, pode responder.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Aqui estou vendo a Dra. Kely, mais a Dra. Norá também, que são do quadro da Secretaria da Fazenda e são responsáveis por essa área de precatórios, e tenho mantido permanente contato com o Emerson, advogado Emerson, que é o representante da OAB nisso, e efetivamente identificando essas situações para fazermos uma programação de devolução. Não à toa, abrimos, numa resolução do Procurador Ubirajara, e eu como Secretário da Fazenda, abrimos uma resolução abrindo um grupo de trabalho para identificar onde foram, efetivamente, movimentadas as contas, para

poder efetivamente fazer a devolução à Caixa Econômica, e a Caixa Econômica ao Tribunal de Justiça. Também tenho grande preocupação. Aliás, no momento em que recebermos alguma identificação dessa conta, imediatamente vamos fazendo o repasse. Então, a OAB tem essa preocupação e nós temos também. Preocupação da... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um minuto.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Preocupação da mesma forma de poder fazer movimento também do recurso que, pontualmente, o Governo realiza para o Tribunal de Justiça, e querendo que esse recurso chegue, efetivamente, aos credores dos precatórios, porque você satisfaz, obviamente, quem tem o precatório, e coloca o dinheiro na economia e não fica esterilizado o sistema bancário; vai para economia e para economia gera imposto também, e é importante para nós, o Estado do Paraná, que esse recurso seja absolutamente mobilizado pela economia local. Mas agradeço sua preocupação, e podemos trabalhar de forma inclusive concatenada nessa questão. Não tenha dúvida de que estaremos sempre atentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Tadeu, ok? Obrigado. Deputado Professor Lemos, V. Exa. tem cinco minutos para os seus questionamentos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero, primeiro, cumprimentar o Secretário e toda a equipe, o Secretário da Fazenda que aqui comparece mais uma vez. Cumprimentá-lo pelo bom desempenho, pela forma como trata a coisa pública, pela forma como vem conduzindo a Secretaria da Fazenda. Já conheço o Secretário de outras Secretarias e sei do compromisso que tem com o interesse público. Secretário, ciência, tecnologia e inovação, no ano passado já não cumpriram os 2%, ficou em torno de 1,6%. Dois por cento é um percentual pequeno, dado à importância desse investimento, que é para a ciência, tecnologia e inovação. Isso vale para um Estado como o nosso, que tem vocação para crescer. Crescer tanto lá na agricultura, com agroindústria, mesmo na área de produção, e crescer também nas cidades, gerando mais empregos, mais renda e mais divisas para o Estado do Paraná. Quando programas importantes que tínhamos foram congelados, como o *Universidade Sem Fronteiras*, que alcançava, muitas vezes, a comunidade rural mais distante do Paraná com esse investimento. Com a redução, isso traz um prejuízo ao Estado do Paraná. Percebo que nesse primeiro quadrimestre não atingimos nem 1%; 0,79%, quando devíamos estar suplementando, porque observamos que o Estado está devendo para a ciência, tecnologia e inovação uma diferença, 0,4% não aplicada no ano passado. Então, o que vai se fazer, até o final do ano, para superar essa defasagem? Também com relação à saúde, temos a Lei nº 8.080 de 90, temos a Lei Complementar nº 141/2012, que determina que tem que ter uma conta específica para os recursos do SUS. Não conseguimos visualizar essa conta. Ela existe? Se ela existe, então é importante que possamos conhecê-la, inclusive já quero pedir para que a Secretaria encaminhe para nós um extrato da movimentação dessa conta aqui para a Assembleia Legislativa. Também com relação à saúde, observamos uma aplicação de 10% no ano passado, uma diferença de 2%, o que seria 414 milhões não aplicados no ano passado. Qual foi o compromisso do Governador? De aplicar os 12% em 2014, mais os 2% não aplicados no ano passado, que chegaria a 14%. Quando observamos o primeiro quadrimestre, observamos que não chegou a 10%, uma diferença de 178 milhões só deste ano, com mais 138, que eu dividi os 414 do ano passado, que é dívida em três quadrimestres, 138 do ano passado, somando nesse quadrimestre, daria 316 milhões. Então é preciso fazer um esforço para aplicar o quanto antes. Por quê? Porque as várias regiões do Estado estão sendo penalizadas com o atendimento muito deficitário na área da saúde. Cascavel, região oeste, por exemplo, está com uma dificuldade muito grande, há filas quilométricas, e lá na nossa região oeste, por exemplo, a dengue fez quatro vítimas recentemente, vítimas fatais, e há uma reclamação geral na área da saúde. Estamos chegando ao período eleitoral - só para concluir - e o período eleitoral restringe alguns investimentos públicos. Quando chegarmos ao fim do período eleitoral já estaremos terminando o ano no exercício de 2014. Então, me preocupo muito que essa meta não seja atendida, e não é só pela meta, não é só pela lei, é pela população, que está precisando muito desse recurso na área da saúde pública no Estado do Paraná. Então, gostaria de ter a resposta de V. Exa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Secretário, V. Exa. tem até cinco minutos para fazer a resposta ao Professor Lemos.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado também pelas palavras, Deputado Professor Lemos, que acompanho sempre o trabalho dele, e em especial quando eu estava na Secretaria da Administração, sempre tratando das questões dos professores também do Paraná, junto com os outros colegas Srs. Deputados. Se me permite começar pela questão da saúde, a questão do SUS, o SUS tem, sim, conta própria administrada pelo Fundo Estadual de Saúde, da Secretaria da Saúde. A Secretaria da Saúde fez uma apresentação aqui, acho que na Assembleia, pelo o que o Secretário Michele comentou, quando até eu falei desse sucesso, vamos chamar assim, do índice que fizemos crescer agora nos meses de março e abril - "Ele foi puxando muito para frente, Sebastiani, porque vou levar essa evolução positiva na Audiência Pública na Assembleia." Então ele virá aqui, e pode muito bem demonstrar a situação financeira da conta SUS do Fundo Estadual de Saúde, e saber que na Fonte 100, sim, somos responsáveis por essa movimentação. Toda despesa relacionada com a Fonte 100, com a fonte de recursos próprios que vimos, é levada à Fazenda, e a Fazenda quita essa conta. Por isso que também evoluiu bastante a questão do índice. A questão do índice para nós é fundamental, já disse aqui, Deputado, mesmo se tem uma preocupação maior, uma priorização maior, é a saúde. Não é à toa que conseguimos aquela evolução, quando eu usei até o termo 'estupenda', talvez possa parecer exagerado, mas não é, porque em termos percentuais e, portanto, de valor no mês de março ou no mês de abril, quando ingressamos, construímos e identificamos, essa é a prioridade, nós quadruplicamos, mês a mês, a distribuição dos recursos orçamentários para a área da saúde, e projetamos, sim, a evolução acima dos 12%, muito embora, repito, está

sendo também apresentado, nas razões que o Estado apresenta nas suas prestações de contas, por nós, a identificação de despesas que são elegíveis em saúde, e em outros Estados também, e podem ser aqui no Estado do Paraná, e estamos encontrando na Diretoria de Contas do Estado, que é um quadro técnico de grande qualidade, como todos conhecem, ligados ao Tribunal de Contas, ligado ao Poder Legislativo, a compreensão de muitas das nossas apresentações de justificativas, vamos dizer assim, ou de complementação do índice. Então, trabalhamos esses dois movimentos. Tem a ver aquele instrumento legal, que encaminhamos aqui, no sentido da complementação orçamentária até 900 milhões para fechar esse atendimento. E me permita o senhor, V. Exa. falou de forma muito correta quando o atendimento a saúde é fundamental e ele não pode ter prejuízo, por ser período eleitoral ele não tem. Isso, podem ficar tranquilos mesmo, as ações irão continuar, não teremos nenhum obstáculo para executar ações. Só que o sistema de saúde é um sistema compartilhado, algumas das atenções são vinculadas ao recurso do SUS do Município, que tem as responsabilidades das Unidades Básicas de Saúde. Os hospitais já são de responsabilidade do Estado e da União. Por exemplo, aqui no Estado do Paraná o Governo Federal tem a responsabilidade no nosso HC, que passa também por dificuldades. Então, de fato a questão de saúde é absolutamente importante, e nos instrumentos de compartilhamento federativo dos mais, eu diria, chegando, vamos dizer do ponto de vista em termos de distribuição de recursos, de forma bastante racional. O que precisa é eficiência no setor, precisa mais investimentos em termos gerais. Até diria que o ente União, independente de quem esteja no Governo Federal, é o que menos atua no atendimento da população à saúde. E quando atua, tem também lá as suas deficiências, repito, aqui o nosso glorioso, e que fui vizinho, nasci ali perto do hospital da nossa Universidade Federal, do nosso HC, Hospital de Clínicas. Tenho uma proximidade muito grande com essa instituição. Enfim, não vai ter problemas, por ser período eleitoral, o atendimento básico à saúde, por toda composição que lhe falei. A questão da inovação da ciência e tecnologia é fundamental, também concordo consigo que não podemos obstar recursos para lá; temos que acelerar aquele índice. O índice também avança na medida do trabalho que ele se desenvolve... (É retirado o som.) Já concluindo, Deputado, nas universidades, o programa, isso dito explicitamente pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, da complementação do *Ciência sem Fronteiras* por parte do Governo do Paraná não está parado; estamos iniciando um repasse bastante importante para a nossa instituição de tecnologia, esqueci o nome... (resposta da plateia) Não, não da universidade, da Instituição de Ciência e Tecnologia... Não é o Tecpar... O Fundo Paraná, que é administrado pelas universidades, estamos muito atentos e começando a ter um fluxo financeiro de pagamento do passado de bolsas e também iniciando para este ano. Mas o senhor tem toda razão, mostra efetivamente o seu vínculo com o sistema de ensino, porque ele é complementar ao sistema de ensino e também fundamentalmente para o desenvolvimento da nossa economia, porque está em curso a regulamentação da lei de inovação do Estado, que vai usar recursos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um minuto para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Para as empresas. Obrigado Presidente, já conclui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Professor Lemos, V. Exa. quer usar a palavra para a sua réplica?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Só quero também falar da educação. O Secretário, em vários momentos, colocou ênfase no investimento maior do Paraná, que é a educação, e ultrapassa, nesse primeiro quadrimestre, a 32%, e que pela Constituição do Estado tem que chegar no mínimo a 30%. Isso é muito importante, uma luta vitoriosa do povo do Paraná, que consagrou na sua Constituição, isso em 2006, 30%, no mínimo, para a educação. Quero dizer que vamos ter que ampliar, por quê? Porque hoje o PNE está sendo votado, daqui a alguns minutos estará aprovado em Brasília o Plano Nacional da Educação, que é o plano de metas para os próximos 10 anos, e aí teremos que aplicar pelo menos 35%, Estados e Municípios, e a União também vai ter que elevar a sua aplicação de 18% para pelo menos 30%, para atingirmos os 10% do PIB daqui a 10 anos, para darmos conta de ofertar educação de qualidade em todos os níveis, em todas as modalidades, para a população brasileira, que é uma dívida que o Brasil tem com o nosso povo. E na medida em que avançarmos, investindo mais em educação, certamente vamos diminuir investimentos em segurança, em saúde e em outras áreas, porque você vai emancipando a população através do ensino, do conhecimento, libertando, emancipando e fazendo com que ele consiga gerir a sua própria vida com o seu trabalho, e até fazendo com que postos novos de trabalho possam ser construídos por ele mesmo, não atuando só como empregado. Então, quero já aproveitar este momento para dizer que vamos ter que investir mais em educação, porque não é um gasto, é um investimento fundamental. O senhor já pode ir preparando, porque para o próximo ano já vamos ter que por um pouco mais na educação também no orçamento que já tramita aqui nesta Casa.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Não tenho por que antecipar polêmica. Quando chegar aqui esse desafio, vamos enfrentá-lo. Obviamente é um desafio. Mas penso também, Deputado, que temos um grande desafio mesmo no Brasil; não é só no Paraná, em absoluto, não é só em qualquer cidade do Paraná, em todo Brasil, aumentar muito a eficiência do nosso ensino. Acho que é o grande desafio mesmo que temos. Isso qualquer pesquisa apresenta esses resultados, não bastam recursos financeiros. Na verdade, há efetivamente uma revisão, uma atualização; não sei o termo mais exato, no sentido de buscar a eficiência no ensino em geral, não é só aqui no setor público, mas também no privado, mas o público em particular, porque é onde a grande massa da população está sendo atendida, e deve ser atendida pelo setor público, e esperamos que a qualidade não seja perdida na perspectiva de aumento de receita. E não espere vir a receita, não esperemos, nós cidadãos, no caso brasileiros e paranaenses, e com responsabilidade do setor público, não esperemos que venha o recurso para já enfrentarmos o desafio da qualidade, e a qualidade são melhores alunos ainda do que já são nossos estudantes brasileiros. Então, esse desafio está, eu diria,

além de qualquer evolução do ponto de vista orçamentário, muito além. Se temos uma referência do setor público em outros países e tal, onde o setor público, basicamente a escola pública, atende a totalidade da população, ali convive o filho do empresário, o filho do desempregado, do imigrante, e tem qualidade estupefata. Na educação temos também a construir. Quando faço referência à educação, que os meus pais, a minha mãe, especificamente, estudou em colégio público, tinha há época aqui o no nosso Colégio Estadual, e se foi há muitos anos essa qualidade, não é de agora. Também temos uma história importante a ser resgatada no nosso Brasil, desde a escola de formação, de aplicação no Rio de Janeiro, Dom Pedro, então, são escolas públicas que tiveram uma história e que nos perdemos. Não sei, necessariamente, se é só a questão de orçamento. Estou colocando o depoimento de um brasileiro e de um servidor público também; enquanto servidores públicos não temos responsabilidade também de fazer melhor com o que temos, do que esperar que venham mais recursos, e não fazer o melhor com o que temos. Então, louvo a sua preocupação, e saiba que terá aqui um servidor público nessa linha da melhoria da qualidade do serviço público em geral, em especial da educação, porque os esforços orçamentários já vêm sendo feitos no Brasil, tem mais recursos para a educação, por exemplo, e ainda mais nessa perspectiva colocada pelo Deputado. Então, vamos nos unir e ter efetivamente uma condição de qualidade de ensino no mínimo comparável a países como o Chile, como... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Não precisamos nem ir para outros países que não estejam na esfera aqui da nossa condição econômica e social. Então conte comigo, Deputado, mesmo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado, Deputado Professor Lemos. Agora o Deputado Nelson Luersen. V. Exa. tem até cinco minutos para os seus questionamentos.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer ao Sebastiani que o Governador foi feliz na vossa escolha, sem dúvida nenhuma, um homem ético, correto, conhecemos a sua história, e aproveitei para pedir a V. Exa. que mande um abraço para um dos últimos caudilhos desse Estado, seu pai Silvio Sebastiani. Fico feliz por ver a prestação de contas do nosso Secretário, dizendo que as receitas tributárias do Estado subiram 12,93%, um aumento real de 6,61% acima da inflação. Então, índice excelente; isso quer dizer que o ICMS, o IPVA e outras receitas do Estado aumentaram do quadrimestre de 2013 para 2014, e não foi diferente também as transferências correntes da União, os repasses da União: Imposto de Renda, IPI e recursos da saúde, enfim, das mais diversas fontes. Houve um aumento de 15,3 de um ano para o outro, um aumento real de 8,9. Então, quer dizer que a previsão deste ano do Estado, permanecendo assim, é de um aumento de receita da ordem de R\$2 bilhões num ano. Então, é um recurso considerável, que quem sabe o Governo até nem tenha necessidade desses empréstimos, porque uma situação tão boa como essa, não é, Sebastiani, é algo de se rever. Como temos uma dívida de R\$20 bilhões, que é grande, deixada já por Governos passados, que não são dívidas acumuladas com o Governo Beto Richa, mas que vem de longa data. Uma dívida que representa, vamos dizer, sete meses de receita do Estado para pagar uma dívida. Então, a dívida é grande; acho que não teria nem motivo para fazer uma nova dívida. Enfim, sei que o Governador Beto Richa tem necessidade desses empréstimos, fazendo os investimentos necessários. Eu estranhei, Secretário Sebastiani... Vou lhe fazer uma pergunta. O quadro 14 da sua prestação de contas, da página 14, aliás, se V. Exa. observar na página 14 fala sobre despesas correntes: despesas com pessoal e encargos. No ano de 2013 foram gastos R\$4 bilhões 585 milhões no quadrimestre; em 2014, R\$4 bilhões 526, foi gasto menos. Deixou-se de incluir alguma despesa? Despesa com pessoal? Então, gostaria que o senhor anotasse para depois me responder: por que é que nesse quadro houve uma redução? Se foi tirado alguma coisa, se foi tirado algo desse índice, que sabemos que houve um avanço de despesas em várias áreas, limite prudencial em educação, acho que o Estado está gastando 32,7, está acima, está fazendo a sua parte. Preocupa-me, Secretário, é o limite prudencial em saúde; acho que o Estado ainda não está fazendo a lição de casa. Gastou 9,61 no primeiro quadrimestre, tem uma reposição do ano passado de R\$400 milhões, volto a insistir - os demais Deputados também falam - então vai ter que aumentar o gasto em mais de 40% para cumprir as metas fiscais, e se não cumprir as metas fiscais não tem como ter certidão, não tem como contrair os empréstimos. Então, são fatores que têm que ser levados em conta, porque eu fui executivo também, e quando precisávamos de um financiamento aqui na SEDU, se não tivéssemos todas as certidões, gastos em saúde e educação, nem o Tribunal de Contas aprovava as nossas contas. Estranhei também aqui na sua prestação e contas, vimos há dias atrás o Governo reclamar que uma dívida do Badep, de 91, e essa dívida também não está na sua prestação de contas, não está consolidada, R\$2 bilhões, pelo que V. Exa. nos disse, foi reduzida para R\$458 milhões, mas ela não consta nesse quadro. Outro detalhe, outra pergunta que faço a V. Exa. - sinto que os Estados estão numa situação razoável - por que é que temos dívidas em atraso com fornecedores, com pequenos fornecedores? Eu lhe dou um exemplo: com construtoras de calçamento de pedras irregulares, que assinaram convênio com prefeituras no ano de 2011, e várias construtoras têm em haver do Estado, valores irrisórios, valores de R\$50 mil, R\$60 mil, então, gostaria que o senhor nos respondesse. E não é só com esses fornecedores, percebo que temos dívidas, do ano passado ainda, com construção de postos de saúde, com reforma de escolas, com construção de escolas e tantas outras dívidas pequenas, que penso que o Estado deveria saldá-las para que essas empresas consigam realmente prestar serviço, gerar emprego e renda. Acho que o Estado que arrecada tanto, essas dívidas são irrisórias frente à arrecadação deste momento. Então, estas seriam as perguntas que eu teria para V. Exa., e espero que V. Exa. possa nos esclarecer, inclusive essa última, para esclarecermos também às empreiteiras que nos cobram.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado, Secretário Sebastiani, V. Exa. tem também os cinco minutos para responder.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não. Deputado, meus cumprimentos também, nosso amigo Deputado Nelson Luersen, além de político

também um empreendedor, sabe bem o quanto o investimento se alavanca com o financiamento, e não é diferente no setor público, muito pelo contrário, ele é necessário à alavancagem, e todos os Estados fizeram assim, todos, a exceção... Mas já falamos bastante sobre isso; acho que o senhor tem a compreensão do quanto é importante o financiamento. Por isso que existem bancos de desenvolvimento como o nosso BNDES. Bem, a receita crescente estabelece ainda mais a possibilidade de nos adequarmos aos avanços que queremos e estamos realizando na área da saúde. Apresentei já, na minha apresentação eu fiz, mas aqui também nos debates, com todo o respeito que tenho pelo Deputado, vou, não há problema nenhum de recolocar a questão, o quanto efetivamente o crescimento que se deu nos últimos meses já aponta para a recuperação e a colocação adequada do nível de despesa na área da saúde. Estamos, vamos dizer assim, bastante encharcados com esse desafio, e tenho certeza também, com o apoio da Assembleia, como foi o caso aqui da lei que indicou já a condição de avançarmos ainda mais no orçamento para chegar a este patamar, considerando inclusive a receita corrente, a receita crescente, como bem lembrou, e me filio ao Deputado na expectativa de ter um excesso de arrecadação mesmo. Não tenha dúvida de que era preocupação do nosso Deputado e Líder Traiano de chegar ao equilíbrio financeiro. Então, estamos nessa linha mesmo, vamos trabalhar, tanto que dá para observar que a despesa está em menor velocidade que a receita, exatamente para dar o fluxo financeiro necessário para fazer a quitação de pagamento. Também foi explicação nossa o quanto já avançamos em quitação de despesa do ano passado para cá, e estamos chegando certamente a esses credores, a esses fornecedores, em especial, das dívidas em relação às pedras irregulares, fundamentalmente, que são pequenos empreiteiros, e temos procurado, naqueles mais em atraso, fazer o pagamento chegar antes. E daí, Deputado, a questão do financiamento fica absolutamente imprescindível, porque esse recurso, essa injeção de recursos de R\$400 milhões, num financiamento de 800, 400, porque ele já está liberado, ele acelera e faz, efetivamente, a quitação, que é a nossa programação de quitação desses débitos. Então, é muito importante toda a sua energia mesmo, e sei que tem na relação do, junto ao Governo Federal também, como todos os Parlamentares têm, mas em especial as Bancadas que têm mais proximidade com o Governo Federal poderem nos auxiliar nisso, que julgo que está bastante próximo disso, e o apoio desta Casa é fundamental. A dívida do Badep não está consolidada, porque ela ainda não foi registrada como assunção de dívida; estamos exatamente buscando isso, tendo autorização do Tesouro, nós, e dando a garantia do Tesouro, temos a condição de fazer a assunção da dívida, ela será inscrita naquele quadro da dívida, porque hoje ela é dívida do Badep, que é uma instituição à parte, em liquidação, está vinculada ao sistema bancário, ele vai ser trazido e vai ser, vamos dizer assim, relacionado no balanço do BNDES e nos registros do Banco Central, por isso que ele não está trazido à dívida do Estado, ele só terá quando assumirmos a dívida, trouxermos isso, e também vamos ter os ativos do Badep para fazer a gestão desses ativos e poder ter alguma recuperação importante de recursos. Fora o que a importância desse processo tem, porque reduz uma dívida de 2 bilhões para 426 milhões, o que é bastante importante no consento do que o BNDES vem fazendo e fez com outros bancos de desenvolvimento. Então, acho que respondi, de alguma forma, acredito que todos, mas o Deputado fica à disposição na sua réplica.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Deputado Nelson Luersen, V. Exa. tem também a réplica.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): V. Exa. teria uma previsão de quitação desses pequenos débitos, principalmente referentes a esses... Eu estranho, porque veja o senhor, estou vendo o Governo assinar novos convênios, e para a nossa felicidade, às vezes ele tem antecipado algum recurso, inclusive vejo algumas prefeituras pagarem obras antes de iniciarem, já pagarem obras, tendo dinheiro na conta, a obra nem iniciou, já está colocando dinheiro na mão do construtor, e infelizmente, essas obras de 2011, que foram assinados convênios lá no passado, dívidas já do ano passado, não estão sendo quitadas. Então, o senhor tem alguma previsão para colocar em dia essas pequenas obras para darmos um esclarecimento às empreiteiras? Sabemos que perante a Receita do Estado, são dívidas irrisórias e que não dependeriam dos empréstimos para serem quitadas. Seria esta a minha pergunta final. Agradeço.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Agradeço e posso dizer que desconheço mesmo, senão falaria: olha, está acontecendo isso. Mas desconheço esse pagamento adiantado e se efetivamente tem essa quitação ainda trabalhada e ampliada de forma significativa. Fiz aqui uma apresentação, onde partimos de 1 bilhão de dívida - essa dívida que atinge também esses fornecedores - já reduzimos a um patamar bastante importante, a 340 milhões. Então, no processo, quando vamos pagar, eu diria o seguinte: todos os dias queremos pagar. O único momento que nos resguardamos um pouco, contemos um pouco o Tesouro, é no momento do pagamento da folha, como é o caso da folha, que devemos pagar depois de amanhã, sexta-feira, hoje é dia 28, no dia 30. Então, é o momento que nos contemos, para poder, efetivamente, fazer o desembolso sem sobresaltos. Mas, passado isso, já com o fluxo financeiro que ingressa hoje, que não está mais exigido para contabilidade, para o pagamento da folha do dia 30, ele já é reserva para terça-feira já fazer uma programação de pagamento, identificando, efetivamente, os mais atrasados, e poder levar, mas é um ritmo bastante importante, Deputado. Acho que certamente chegarão esses recursos. Não há nenhum constrangimento, não temos nenhum constrangimento em receber credores, o Estado. Eu os recebo diretamente, pessoalmente, de preferência, inclusive, fazemos reuniões, às vezes, com um setor, por exemplo, o Sinduscom, que representa as construtoras, vem e estabelecemos uma forma de quitação da dívida; estamos fazendo. Então, o Estado é absolutamente aberto, transparente e efetivamente estabelece o diálogo. Estamos à disposição, Deputado, para podermos trabalhar essas questões colocadas pelo Deputado. Pois não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Com a palavra o Deputado.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Desculpe, a do pessoal, é verdade!

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Acredito que houve um erro, um equívoco, porque o quadrimestre de 2013 é menor que o quadrimestre de 2014. O que houve de errado aí? Ou se errou lá em 2013?

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Não houve nada de errado, Deputado. O senhor logicamente deve ter outros compromissos, e quando apresentamos esta questão, esse quadro, na apresentação, já fizemos esta observação. Houve, sim, uma mudança de metodologia, está certo, bem claro, uma mudança de metodologia, onde se retiraram despesas de aportes que havia para custeio; ele retira despesa pessoal, também de pessoal, de aposentados, vinculados, com recursos vinculados, ele retira. Então, há uma mudança de metodologia absolutamente definida pelo Tribunal de Contas, que só atinge, tão somente, dois meses daquele quadrimestre, mais precisamente dois meses e meio. Então, janeiro, está sob uma base ainda, superior, está certo? Então, quando, por exemplo, no próximo quadrimestre, certamente esse valor estará aqui, ou até superior, porque teve o reajuste, é tão somente a mudança de metodologia. Esse mesmo resultado foi apresentado também no exercício anterior, quando apresentou isso por causa da mudança de metodologia. Então, é tão somente essa diferença, para tornar mais adequada a contabilidade de pessoal nos termos que é contabilizado pessoal no Brasil, e o Tribunal de Contas assim colocou e, obviamente, colocou de forma adequada. Então, foi esse o motivo.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Obrigado, Secretário.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Imagine, eu que agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Agradeço o Deputado Nelson Luersen. Registro a presença, e ao mesmo tempo agradecemos, em nome do Deputado Elio Rusch, dos Prefeitos Anderson Bento Maria, Prefeito da cidade de Maripá; Prefeito de Pato Bragado, Arnildo Rieger, e também o Vice-Prefeito de Pato Bragado, o Mano, e o assessor Ailton Cavali. Sejam bem-vindos! Registramos, em nome do nosso querido Deputado Elio Lino Rusch. Também o Prefeito Beto Costa, do Município de Goioerê, em nome do Deputado Lupion. Agora, Deputado Elton Welter, V. Exa. é o último orador inscrito - e já encerram as inscrições dos Deputados - para suas considerações e questionamentos. V. Exa. tem até cinco minutos.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Boa tarde, Sebastiani! É uma honra recebê-lo aqui. Fico feliz porque as receitas do Estado estão subindo. Que as transferências correntes da União também sobem acima da inflação. Pergunto para você, e quero fazer mais alguns comentários: o que aconteceu? Onde o Estado errou, do ponto de vista, na medida em que tem dívida com fornecedores e outras questões que já foram faladas aqui? Outra questão também, e V. Exa. foi feliz quando falou, Curitiba é uma cidade, é um Município, o Estado é diferente, de fato. V. Exa. deixou implícito que, aparentemente, parece que houve... A gestão foi pega de surpresa, com as nuances da diferença que tem a gestão do Estado. Nos preocupa muito, o Deputado Enio falou, quando se aumenta muito as ODCs; está subindo muito acima da inflação. V. Exa. falou que é pelos serviços que aumentaram, os serviços públicos, e nos preocupa muito. Quero ter perguntar também outras questões em relação às dívidas do Estado e em relação àquilo que já foi aprovado aqui também. Aprovamos a conta única. Existem dívidas com Fundos, que foi usado o dinheiro e ficou pendente do ano passado, que tem que voltar esse recurso para esses Fundos. E vários Fundos, enfim, Fundo do Fundeb, Funesp, do DER, do Detran, se foi usado, e se isso tem dívida com esses Fundos? Outra questão também que nos preocupa - e essa pergunta eu fiz para a Secretária Jozélia, e em Curitiba ficaram essas questões que havia empenhos sem serem registrados - isso foi praticado no ano passado? O Estado reconheceu? Isso foi feito? O Estado reconheceu essa dívida? Ela existe? Se está praticando essa modalidade? É uma preocupação que existe, porque na medida em que o Estado gasta mais do que arrecada, houve essa ausência de pagamento para os fornecedores. Os Prefeitos assinam os convênios e eles não são efetivados; há essa demora e as receitas sobem, as receitas do Estado; as transferências da União também aumentaram, conforme o próprio balanço. Aliás, não foi só no orçamento desse quadrimestre; do ano passado também foi assim; mostra que a própria economia do país e do Estado estão bem. Então, onde foi que o Estado errou? Onde, de fato, estamos cortando as despesas para garantir esses investimentos? E o Estado também tem um histórico, nos últimos dez anos, que não recorreu às operações de crédito; foi muito insignificante o volume de recursos das operações de crédito, e elas são importantes, tanto é que a nossa Bancada votou todas favoráveis, e torcemos para que saiam o quanto antes, que esses financiamentos saiam o quanto antes possível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): V. Exa. tem o tempo para responder os questionamentos do nobre Deputado.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Boa tarde, Deputado Elton Welter, também muita honra de apresentar aqui, com a sua presença, as contas do Estado. Bem, de fato cresce receita, as receitas do Estado crescem de forma bastante expressiva, o ICMS, porque efetivamente ele é, vamos dizer assim, um indicador de crescimento da economia paranaense; ela tem apresentado de fato uma performance muito importante, o que é muito bom, que é fruto do trabalho de todos os paranaenses e de toda a representação produtiva, que são os trabalhadores, os empresários e também gestores públicos do Parlamento e também do Executivo. Isso é muito importante e muito alvissareiro para termos um ano em que possamos atingir os objetivos e enfrentarmos os obstáculos, que não são poucos. Só queria fazer um reparo, que a despeito da transferência corrente crescer, e existe essa transferência corrente crescente, porque basicamente é

constitucional, é por obrigação que a União tem com os Estados, e ela cresce na mesma proporção, na medida em que cresce também a receita da União, fruto também da contribuição do Paraná, as empresas aqui também contribuem com o IPI, com o Imposto de Renda, chega lá e retorna, sempre retorna um pouco. Isso é uma discussão tão conhecida que não é nessa linha que devemos estar preocupados, é com poder fazer a quitação dos nossos compromissos. O que nos carece, vamos dizer assim, fundamentalmente, é a transferência de capital, que são aquelas transferências voluntárias, ou seja, que dependem da vontade do governante. No caso da União, essa transferência voluntária, transferência de capital, que é para investir no hospital, construir hospital, ampliar alguns serviços de responsabilidade do Estado, mas com apoio federal na área de infraestrutura econômica, social, essa temos uma carência mesmo, uma carência talvez histórica, não sei, não quero aprofundar isso, talvez, mas notadamente nesse período, que é um período de muita ausência, temos identificado essa queda de forma bastante expressiva, caiu. Na verdade, ao invés... O crescimento cai, a transferência de capital. Mas é isso. E o financiamento também, como o Deputado bem lembrou, também é de fundamental importância para isso, porque quando não temos, e daí já respondendo uma outra questão, quando não temos esse lastro financeiro para os investimentos, você acaba por utilizar despesas que iam para a receita, perdão, para a área de responsabilidade de despesas correntes, por exemplo; estaria equilibrado e para trazer para o investimento. Então, é esse lapso que começa, vamos dizer, abrir uma diferença entre receita e despesa. Então é muito importante que concluamos esses processos, em especial o processo de financiamento, para fechar essa conta, como todos os Estados fecharam essa conta com o Proinveste; isso pode fazer uma pesquisa nacional, todos os Estados tiveram o Proinveste, como complementar as suas despesas de investimento. Como não tivemos, tivemos que bancar com receita corrente. Ainda assim, conseguimos manter o equilíbrio lá no resultado primário, ou seja, não estamos financiando as mesmas despesas; as outras despesas correntes não estamos financiando com capital externo, ou de juros, ou de empréstimos. Quando temos um superávit lá de R\$2 bilhões nesse primeiro quadrimestre, significa dizer que com os recursos próprios; e os próprios são o quê? Os nossos, de tributação direta, e os que vêm no FPE, que são as transferências involuntárias; não depende da vontade do governante, no caso da União, ele vem porque a lei mandou. Com essa receita e a despesa estamos compondo e estamos criando o superávit primário, que é uma conta que o Tesouro estabelece, e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal consolida para exatamente mostrar a saúde financeira do Estado do curto prazo. Ocorre que esse lapso que temos do ano passado que é o desafio, então tem que gerar superávit primário para poder fazer a quitação. É o que temos feito todo dia. Então, é olho na conta, vê a despesa que tem no dia: sobrou recurso, faz a quitação do passado. Então, é esse laço que precisamos. É isso que conseguimos com esse esforço e esse cálculo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Mais um tempo para V. Exa. concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Pois não, Sr. Presidente. Com esse cálculo diário que nós, com o superávit primário, vamos fazendo a quitação do passado. Entendo que temos que fazer essa quitação da dívida, inclusive de fundos. Bem lembrou, com o advento da conta única tem alguns fundos que vão precisar ser complementados. Está na nossa conta também. Se eu pegar a nossa previsão de despesa está lá essa recomposição. Só uma exceção, em absoluto o Fundeb foi mexido, de forma alguma. O Fundeb tem a sua própria conta, tem uma lógica específica, ele faz a distribuição para os Municípios. E o mesmo o Funesp, o Funesp acabou, por exemplo, podendo utilizar da sua conta despesas com segurança, acabou sendo a conta Tesouro, Fonte 100, que utilizou despesas que poderiam ser usadas pelo Funesp. Então, esse ajuste estamos fazendo também. Ou seja, utilizou recurso do 100 podendo utilizar fundos do Funesp para despesa da área de segurança. Esse ajuste estamos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Passo a palavra ao nobre Deputado.

DEPUTADO ELTON WELTER (PT): V. Sa. poderia mandar por escrito para nós a questão desses débitos com os Fundos ainda? E também, se possível, dentro da linha do Luersen, a programação de pagamento com os fornecedores, se tem um cronograma de pagamento, se estão negociando um por um, como é isso? E V. Sa. não respondeu sobre a questão dos empenhos, se houve e se foram reconhecidos 2013 e se está sendo praticada essa medida.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Sim. Há sim. Esse é um instrumento que se tem no orçamento. Você faz cancelamento de empenho e reabre a partir do momento que você identifica aquela despesa como despesa de exercícios anteriores. Está no orçamento e é regulamentado pela Lei nº 4.320. Está aqui a Jo, que é a nossa Coordenadora da COPI e que faz eco aqui com o nosso pensamento. Então, estamos identificando isso. Aliás, dentre essas contas, também pagamos contas de reconhecimento de dívida, e vamos pagando, sem problema nenhum. Está nessa contabilidade, que ao fim, ao cabo, aparece no orçamento de prestação de contas, não tenha dúvida, porque isso registra. Nenhum pagamento é feito extra ao orçamento. Você pode chamar de despesas extraorçamentárias, mas ela identifica quais são as despesas extraorçamentárias. Nesse caso, especificamente, ingressamos no orçamento deste ano de 2014 com a dotação despesa de exercícios anteriores. Não é dotação; como se chama nesse caso? Natureza da despesa. Entra na natureza da despesa, na dotação, é lógico, natureza da despesa, despesa de exercícios anteriores, que estamos fazendo a quitação também. Então, veja, esse é nosso trabalho. Qual é o cronograma? O cronograma é dinheiro em caixa, pagamento; dinheiro em caixa, pagamento; dinheiro em caixa, pagamento. Quando foi colocado que havia, num passado recente, antes do nosso ingresso, essa perspectiva de fazer pagamentos em 36 meses, tal e tal,

como foi feito na medida em outros lugares, até aqui mesmo, na prefeitura, não achamos que é mais adequado. Não há condição de você buscar 36 meses para fazer quitação; vamos buscar quitar antes. Então, quando temos o quadro de um resto a pagar de 1 bilhão e 100 e hoje reduzimos a 340, ele é efetivamente a expressão dessa gestão de caixa que estamos realizando: dinheiro em caixa, pagamento; dinheiro em caixa, pagamento - todo dia temos reunião conjunta, aliás, todo dia não, toda manhã, às 8h30 da manhã estamos todos reunidos; cada qual antes faz as suas atividades, nós aqui, locais, daí nos reunimos: Secretário, Diretor Geral, Coordenadora do Orçamento e Coordenador de Administração Financeira do Estado - e caixa e pagamento; caixa e pagamento. Se precisar fazer ajuste orçamentário, faz. Então, é um trabalho cotidiano para, exatamente, poder cumprir essa tendência que o Estado tem, e tem sido, diria assim, exitoso, com todo esforço e às vezes preocupações que temos, permanentes, em relação a essa questão. A questão da gestão financeira do Estado sempre foi assim, Deputado. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Só para concluir, se me permite, Deputado Elton Welter, tive a circunstância de participar do processo de transição do Governo anterior para este Governo, até porque sou servidor público, então conheço, e também tinha as mesmas pendências que encontramos de um exercício para o outro. Não é incomum isso em um Estado, mesmo o Estado do Paraná ter essa limitação orçamentária e financeira permanente. Então, a atividade, efetivamente, de um Secretário de Fazenda, junto com todos os servidores da Fazenda, é pesada e cotidiana. De fato, qualquer momento de situação adversa, por exemplo, como um lapso de financiamento, isso já vem impactando de pronto o orçamento. Então, a nossa tarefa é essa, somos pagos pelo povo do Paraná para realizar essa gestão financeira, e sempre preocupados, obviamente, com todos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Para concluir.

SECRETÁRIO LUIZ EDUARDO SEBASTIANI: Preocupados com todos os credores, e é o que nos movimenta e é o que nos tem tido, como eu disse, êxito, pelo menos na velocidade para essa solução, Deputado, esteja absolutamente à vontade, a Secretaria da Fazenda recebe todos os representantes do nosso Estado, e em especial os Deputados, para apresentação dos números. Estamos completamente à sua disposição, Deputado Elton Welter.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado ao Deputado Elton Welter. Agradeço a todos os Deputados a participação. Agradecer à equipe que acompanha o Secretário Luiz Eduardo Sebastiani, a Keli Cristina Reis, o João Otávio Faria de Borges de Sá, o Marcos Antônio Jagher, o José Aparecido Valêncio da Silva, a Josemary Ozório, o Breno Pascualote Lemos, Gedalva Baratto, Maurílio Guerreiro Campos, Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski, Marlon Jorge Liebel, Bruna Kowalski, Raquel Karina Loch, Caio Vinícius Rezende e Jaime Nakano. Então, em nome de todos os Deputados, agradecemos a participação dos senhores aqui acompanhando V. Exa., Secretário Luiz Eduardo Sebastiani. Obrigado pela sua presença cumprindo aqui mais uma Audiência Pública dentro do regime legal. Ao mesmo tempo em que concluímos esta Audiência Pública, anuncio para a próxima semana, dia 2 de junho, segunda-feira, portanto, a pauta do dia, que é: Discussão Única do Veto nº 4/2014, apostado ao Projeto de Lei nº 46/2013; Redação Final dos Projetos de Lei nºs 292/2013 e 77/2014; 3ª Discussão do Projeto de Lei nº 144/2014; 2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 321/2013 e 213/2014; e 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 94/2014, 120/2014, 174/2014, 181/2014 e 186/2014.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Presidente, “pela ordem”?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): “Pela ordem”, Deputado Ademar Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Só uma pergunta à assessoria da Mesa. O projeto dos agentes fazendários está na Ordem do Dia para segunda-feira?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Qual é o número dele? É o 213, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Está bem.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): “Pela ordem”, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): “Pela ordem”, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Sr. Presidente, estamos em poucos Deputados aqui em Plenário, mas gostaria de lembrar aos assessores que estão nos ouvindo nos gabinetes neste momento, um assunto de interesse de V. Exa. também, que é o nosso Relator da CPI dos Pedágios. Então, na segunda-feira, às 9h, vamos ter uma reunião onde V. Exa. vai apresentar o relatório aos Deputados, e na terça-feira, às 9h também, na CCJ, vamos ter a reunião para a análise e votação do Relatório da CPI do Pedágio. Então, pediria aos assessores que estão nos ouvindo que comuniquem os Deputados. O convite foi formulado e está chegando aos gabinetes, para que os Deputados que compõem a CPI do Pedágio não falem, para não poderem reclamar depois que não puderam dar sugestões quanto ao nosso trabalho, que foi realizado com muita determinação. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Douglas Fabrício - PPS): Obrigado, Deputado Nelson Luersen. Todos os Deputados já foram contatados, deram as suas sugestões, contribuíram com esse relatório, e estaremos apresentando a versão final, como V. Exa. anunciou, na terça-feira; na segunda, inclusive, para os próprios Deputados. Nada mais havendo a ser tratado, encerramos a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira. Já citei a Ordem, então “LEVANTA-SE A SESSÃO”. (Sessão encerrada às 17h56min, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 do Regimento Interno.)